



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS
MESTRADO PROFISSIONAL

ADELSON BARBOSA DOS SANTOS

**PROTEGIDOS OU SILENCIADOS:
AS AÇÕES DA FUNAI E A RESILIÊNCIA DO POVO ÆWA NO MÉDIO
ARAGUAIA**

Porto Nacional, TO
2023

ADELSON BARBOSA DOS SANTOS

**PROTEGIDOS OU SILENCIADOS:
AS AÇÕES DA FUNAI E A RESILIÊNCIA DO POVO ÆWA NO MÉDIO
ARAGUAIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônica, PPGHISPAM-UFT (Mestrado Profissional), para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Odair Giraldin.

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237p Santos, Adelson Barbosa dos.
Protegidos ou silenciados: as ações da Funai e a resiliência do Povo Áwa no Médio Araguaia. / Adelson Barbosa dos Santos. – Porto Nacional, TO, 2023.
76 f.
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2023.
Orientador: Odair Girdin
1. Áwa. 2. Tutela. 3. Proteção. 4. Abandono. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ADELSON BARBOSA DOS SANTOS

PROTEGIDOS OU SILENCIADOS:
AS AÇÕES DA FUNAI E A RESILIÊNCIA DO POVO ÆWA NO MÉDIO
ARAGUAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônica, PPGHISPAM-UFT (Mestrado Profissional), para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Odair Giralдин.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Data de aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Odair Giralдин - PPGHISPAM-UFT (Orientador – presidente da banca)

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho - PPGHISPAM-UFT (membro interno)

Prof. Dr. André Luis Campanha Dermarchi – PPGCOM-UFT (membro externo)

Porto Nacional, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado coragem e discernimento para realização desta pesquisa, bem como pela persistência em seguir firme por quase três anos de formação profissional que o mestrado me proporcionou.

Agradeço imensamente a minha família que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me incentivando para que eu não desistisse deste sonho. Em nome da minha mãe, Maria Antônia Pereira Barbosa dos Santos, do meu pai, Odezio Teles dos Santos, e também de meu filho, Valdyvia, estendo a todos meus familiares os meus sinceros agradecimentos.

É com muita gratidão que me direciono ao professor Dr. Odair Giralдин, meu orientador, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento nesta jornada de trabalho. Sem ele, esta dissertação não teria sido realizada. Nesse âmbito, ele abraçou e me orientou em uma pesquisa que se demonstrou muito complexa para ser desenvolvida. A ele, minha gratidão.

Em nome de Kamutaja Silva ãwa, eu agradeço imensamente ao povo ãwa por ter permitido a realização deste estudo referente à história da comunidade. Agradeço por todo aprendizado adquirido ao longo desses anos. A eles, meu muito obrigado. Continuarei sendo um parceiro da comunidade e atuando em prol da luta indígena.

Em nome do Prof. Dr. George Seabra Coelho, eu agradeço imensamente ao grupo de pesquisa em Mídias Tecnologias e História. Foi de extrema importância na minha formação e para o meu desenvolvimento intelectual.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas. Sou grato por ter feito parte desse programa e agradeço a todos os colegas e professores que contribuíram, ao longo desse período, ministrando aulas sempre atraentes e formadoras. Na ocasião, reitero os meus sentimentos pela perda da Prof. Dra. Juliana Ricarte Ferraro que sempre dizia: “eu quero ter orgulho de vocês, sejam o melhor possível naquilo que fizerem e principalmente façam com amor, caráter e dignidade”. Sem dúvidas, esse ensinamento ficará para sempre em minha memória.

Agradeço ao Colégio Estadual Professora Joana Batista Cordeiro da cidade de Arraias (TO). Agradeço a instituição, de forma geral, pois foi o local em que, de forma honrosa, cursei o meu ensino médio e, depois, pude retornar como professor. Essa escola foi decisiva no meu preparo para o mundo do trabalho como professor historiador. Em nome da professora

Kelly Cristina, da coordenadora pedagógica Josenildes (Jó), da “lenda” Maria Rosa e da professora Elisângela Gonçalves Taveira, agradeço a todos os servidores e colegas.

Ao Colégio Estadual Justino de Almeida de Taguatinga (TO), agradeço a instituição em nome da coordenadora pedagógica Maria Alice, a diretora Ylza, pois a instituição nunca mediu esforços, flexibilizando horários, facilitando as saídas para realização da pesquisa. Sem dúvida, se não fosse o senso humano dessa equipe, não teria sido possível esse processo de formação profissional ocorrer. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas que estiveram comigo ao longo dessa caminhada. A eles, meus sinceros agradecimentos, em especial, ao professor Deyvison Bispo de Porto Nacional, que muito me incentivou ao longo desses anos, ao professor Fernando de Almeida, em Palmas, e a Prof. Dra. Rosangela Lopes do IFTO - Formoso do Araguaia: muito obrigado.

RESUMO

Os povos indígenas *Ãwa*, como eles se autodenominam, são tidos pela literatura produzida pelos diversos autores que escreveram sobre eles, como um dos grupos indígenas que mais resistiu à intervenção do conquistador. Sem dúvida, a história deles também é marcada por diversos conflitos, massacres e opressão. Assim, a presente pesquisa busca evidenciar por meio de uma análise comparativa entre os grupos indígenas *Ãwa* do médio Araguaia e o grupo atualmente localizado no estado de Goiás (no alto Tocantins), das ações e medidas que foram tomadas pela FUNAI, diante desses povos, ambos oriundos de um contato forçado pelo Estado brasileiro, em tempos e em perspectivas diferentes, embora com consequências desastrosas para todos eles.

Palavras Chaves: *Ãwa*; Tutela; Proteção; Abandono.

ABSTRACT

The *Ãwa* indigenous peoples, as they call themselves, are considered by the literature produced by the various authors who wrote about these peoples, as one of the indigenous groups that most resisted the intervention of the conqueror. Undoubtedly, their history is also marked by various conflicts, massacres and oppression. Thus, this research seeks to highlight, through a comparative analysis between the *Ãwa* indigenous groups of the middle Araguaia and the group currently located in the state of Goiás (in the upper Tocantins), the actions and measures that were taken by FUNAI, in the face of these peoples, both stemming from a contact forced by the Brazilian State, at different times and perspectives, although with disastrous consequences for all of them.

KEYWORDS: *Ãwa*; Guardianship; Protection; Abandonment.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização atual dos dois grupos ãwa que atingiram o século XX	12
Imagem 2: Panorama da política indigenista.....	27
Imagem 3: Bartolomeu Bueno da Silva.....	30
Imagem 4: Visita de Getúlio Vargas.....	38
Imagem 5: Visita de Getúlio Vargas.....	39
Imagem 6: Reportagem dos passos iniciais da marcha para o Oeste.....	40
Imagem 7: Jovem ãwa	43
Imagem 8: Os povos ãwa em 1973 sendo submetidos a uma situação desumana de exposição pública	52
Imagem 9: Índios Avá-Canoeiros do Tocantins, tradicionais habitantes da Serra da Mesa, às margens do rio Maranhão	58
Imagem 10: Kaukamy e o seu filho cacique Waporixe do povo ãwa.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

SPI/ SPILTN- Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais

ELETRORBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A. Sociedade de economia mista e de capital aberto sob controle acionário do Governo Federal.

FURNAS- Furnas Centrais Elétricas - Empresa brasileira de economia mista subsidiária da Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

PACTO- Programa Avá Canoeiro do Tocantins

BRADESCO- Banco Brasileiro S/A. Instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima, com sede em Osasco (SP)

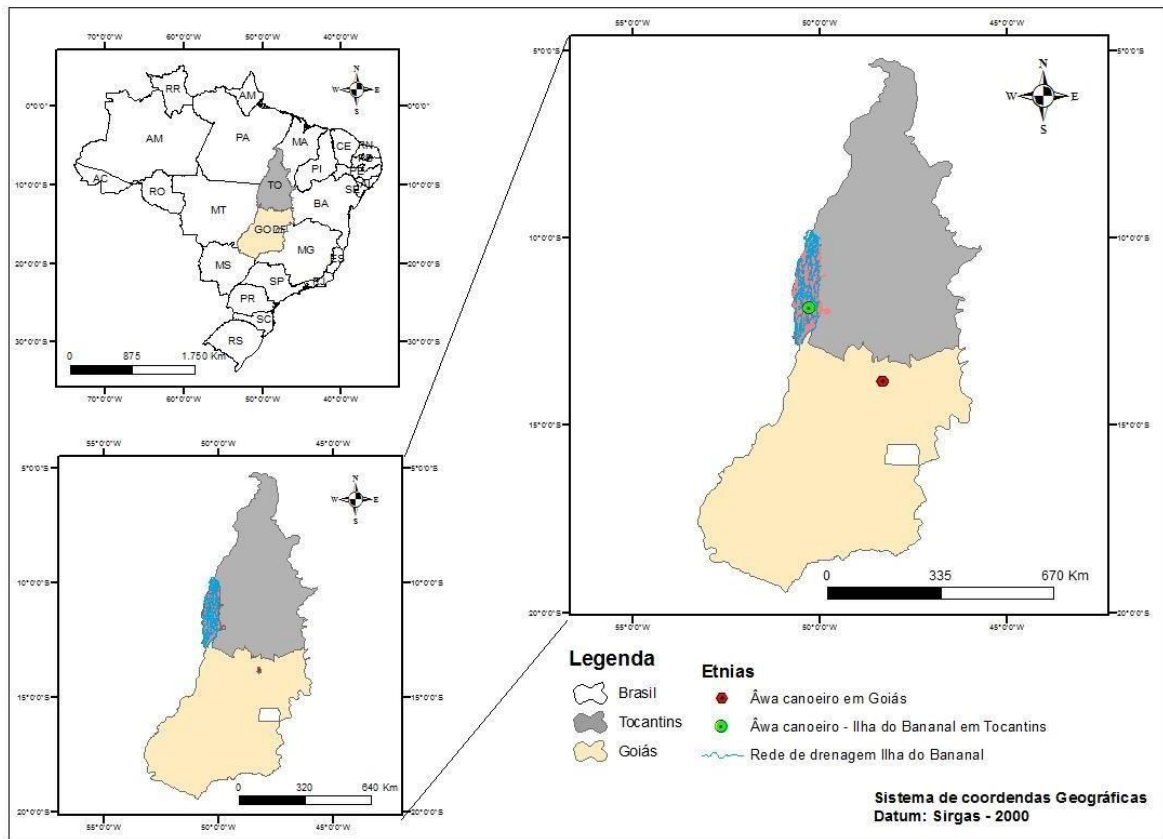
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Procedimentos metodológicos	17
2 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL CENTRAL NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX E OS POVOS INDÍGENAS	19
2.1 O Brasil dos séculos XVIII ao XIX	19
2.3 Os grupos indígenas ãwa do Tocantins e Araguaia	31
3 HISTÓRICO DO CONTATO DOS GRUPOS ãWA DO MÉDIO ARAGUAIA E DO ALTO RIO TOCANTINS	41
3.1 Os caminhos que levaram ao contato	44
3.2 O estopim do contato em suas diferentes perspectivas: O contato do grupo ãwa no médio Araguaia	48
3.3 O contato do grupo ãwa no Alto do rio Tocantins	52
4 A FUNAI E OS POVOS ãWA APÓS OS RESPECTIVOS CONTATOS	57
4.1 A tutela em perspectiva: os Awã no Tocantins e no Araguaia	57
4.2 Os ãwa do Alto do Tocantins na atualidade	59
4.3 Os ãwa do médio Araguaia na atualidade	61
4.4 Os ãwa isolados na Mata do Mamão	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A – PRODUTO FINAL	70

1 INTRODUÇÃO

Os Avá-Canoeiro ou *Ãwa*¹, como se autodenominam e serão assim reconhecidos nesta pesquisa, são povos indígenas da família linguística Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi. Entretanto, vale ressaltar que muitos outros nomes já foram atribuídos a esse povo durante o longo período da história, muitos advindos de história fantasiosa e outros motivados pelo preconceito e pelo não entendimento dos seus costumes e tradições, tais como: Cara Preta, Carijó, Canoeiro, Xavante de Canoas entre outros (ROCHA, 2002). Atualmente, os povos *Ãwa* se dividem em dois grupos: um deles localizado no estado de Goiás e o outro no Tocantins, separados por séculos em um processo de dispersão iniciado ainda no período colonial. Assim como mostra o mapa abaixo.

Imagem 1. Localização atual dos dois grupos *Ãwa* que atingiram o século XX



Fonte: Idealizado pelo próprio autor – (2023), dados do IBGE (2022).

Devido às relações hostis entre os *Ãwa* e os conquistadores e mineradores, de 1724-1726 até 1820-1830, aproximadamente, inicia-se então um processo de dispersão desses

¹ Os povos *Awã* do Médio Araguaia também são conhecidos como Avá – Canoeiro. Tendo em vista que a autodenominação desse povo é *Ãwa* e devido ao meu contato com Kamutaja Silva *Ãwa*, que estuda Pedagogia na UFT-Palmas e com quem tenho dialogado, opto por utilizar a autodenominação, tal como aquele povo prefere ser reconhecido, como me informou Kamutaja. Daqui em diante, utilizarei apenas o termo *Awã* do Médio Araguaia para me referir ao grupo que vive atualmente na Ilha do Bananal e luta pela demarcação de uma terra indígena própria.

povos a partir de 1830, segundo o que escreve André Toral (1984;1985), historiador e antropólogo responsável por vários estudos referente aos povos *Ãwa*, entre eles a obra intitulada: *Os índios negros e ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá – canoeiro*. O autor relata que os massacres e expulsões territoriais na região do Brasil Central resultaram na fragmentação de suas aldeias em pequenos grupos como meio de sobrevivência, sendo esses acontecimentos os responsáveis pela perda de contato entre eles.

Essas fragmentações fizeram com que se formassem dois grupos *Ãwa*, com alguns aspectos culturais diferentes (um no Tocantins e outro no Araguaia).

Embora os Avá – Canoeiros no Alto rio Tocantins reconheçam os demais Avá – Canoeiros como índios, proponho que evite identificações apressadas entre ambos os grupos como se fossem índios idênticos uma vez que eles passaram por histórias de contatos e aprendizagens individuais diversificadas implicando a reelaboração de práticas e interpretações culturais, apresentado inclusive variações linguísticas ou dialetais (SILVA, 2005, p. 170).

Assim, a presente pesquisa tem como finalidade trazer uma análise comparativa das ações que foram estabelecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como órgão indigenista, perante os dois grupos *Ãwa*, os povos originários do médio Araguaia no atual Estado do Tocantins e os povos originários do alto rio Tocantins, localizado no Estado de Goiás.

Essa discussão teórica e bibliográfica parte do pressuposto de que a FUNAI possui a missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, como por exemplo: promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas². Contudo, no que se refere aos povos *Ãwa* do médio Araguaia, cabe aqui uma análise sucinta sobre esses deveres, sendo a principal indagação que esta pesquisa busca responder.

Enquanto processo metodológico, a presente pesquisa delimita-se a um período de 49 anos, iniciando em 1973, ano que marca o período em que a FUNAI forçou um violento contato com o grupo étnico do médio Araguaia, e se encerrando no ano de 2022, período de conclusão desta pesquisa no curso de mestrado em História das Populações Amazônicas.

A análise comparativa busca discorrer sobre os caminhos que levaram o contato de ambos os grupos, levando em consideração também que se trata de um evento histórico separados por 10 anos, haja vista o grupo do alto rio Tocantins fora contactado por volta de 1983, enquanto no médio Araguaia este fato ocorreu em 1973.

Assim, partindo dessa perspectiva, tal pesquisa busca entender por, mais que se trata de episódios ocorridos em tempos diferentes, as razões históricas que explicam as divergências nas tomadas de decisões da FUNAI diante desse processo, assim como explica

² Para ver mais sobre o regimento interno, função e deliberação da FUNAI acessar o link disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>

(SILVA, 2005)

Dessa forma, objetivando tornar uma leitura mais compreensível dos fatos históricos e os eventos ocorridos ao longo do recorte temporal exposto, faz-se necessário retornar até o século XVIII para entender o processo histórico ocorrido no Brasil Central desde então.

As literaturas e as análises escritas que percorreram sobre os grupos do povo *Ãwa*, e que foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, são: Toral (1984/1985), Pedroso (1994), Rodrigues (2012), Silva (2005), Giralдин (2002) e *Ãwa* (2021). Esses estudos nos permitem afirmar que os povos indígenas *Ãwa* tornaram-se conhecidos ao longo da sua história como povos aguerridos em defesa dos seus objetivos, bem como pela resistência e resiliência diante de inúmeras dificuldades advindas do contato com os não indígenas.

Contudo, as estratégias utilizadas pelo povo *Ãwa* para dificultar e impedir esse contato trouxeram-lhes a alcunha de povo invisível, em função da tática de recusarem o contato, mesmo visual. Com base no que escreve Teófilo Silva (2005) A resistência incansável desse povo se dava por meio de relatos orais, produzidos por moradores da região, bem como por meio de pequenos vestígios deixados por eles. Além disso Teófilo Silva (2005) explica que o povo *Ãwa* foi reduzido drasticamente por séculos de conflitos, massacres e expulsões territoriais de seus domínios no Brasil Central, que culminaram na fragmentação de suas aldeias em pequenos grupos como meio de sobrevivência. Uma situação que se fez presente em todo século XIX chegando até a segunda metade do século XX, nos anos de 1973 a 1983, em que os *Ãwa* do médio Araguaia e os *Ãwa* do alto rio Tocantins, respectivamente, são contatados pela FUNAI.

Esses episódios foram classificados, entre os pesquisadores dos grupos, como desastrosos e sem perspectivas. É o que se observa nos inscritos de Cristian Teófilo da Silva, autor da obra *Cativando Maira: a sobrevivência Avá-Canoeiro no alto rio Tocantins* (SILVA, 2005), no qual apresenta uma grande contribuição para a compreensão do estado e as relações com os povos indígenas, além de realizar uma abordagem sistematizada acerca dos aspectos da tutela perante os povos *Ãwa* do alto Tocantins. Silva (2005) explica, em sua obra, que no alto rio Tocantins, a vida do povo *Ãwa*, a partir de seu encontro com os regionais, se viu convulsionada por fatores perturbadores da própria sociedade com a qual estavam se envolvendo.

As colocações de Silva (2005) dialogam com o pensamento de Rodrigues (2012), antropóloga e responsável por coordenar o grupo técnico que produziu o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taego *Ãwa*. Ambos os autores apontam que as ações e medidas que foram tomadas pela FUNAI durante e após o contato precisam ser discutidas, considerando que elas trouxeram significativas alterações culturais, além de não garantir a proteção ou a salvaguarda desses povos tradicionais.

Segundo Rodrigues (2012), ao se referir sobre o grupo do médio Araguaia, ela classifica essas ações como desumanas ao submeterem os povos indígenas contatados ao

vexame de exposição pública, além de serem colocados para viverem com seus antigos inimigos (os Inỹ/Javaé), cuja língua e cultura não dominavam, assim como se evidencia abaixo:

Na aldeia Canoanã, onde a maior parte do grupo mora até hoje, os Avá-Canoeiro passaram a viver como “derrotados” em condições graves de degradação física e moral, sofrendo severas restrições alimentares, segregação, marginalização social e constrangimentos de natureza variada (RODRIGUES, 2012, p. 109).

As informações apresentadas pela autora demonstram que as ações tomadas pela FUNAI, de maneira imediata ao contato, não apresentaram caráter de um amparo tutelar, mas revelam a ausência do Estado e os efeitos desprimorosos que o episódio do contato veio proporcionar ao povo Āwa.

O nosso interesse por essa abordagem surgiu ainda em 2014, ocasião em que nos deparamos, no curso de graduação em licenciatura em História pela Universidade Federal do Tocantins, com a disciplina História Indígenas. Na época, foi desenvolvido um trabalho de introdução à história dos povos indígenas do Estado do Tocantins. Por vez, as particularidades do povo Āwa foram decisivas para que pudéssemos dar início a um processo de análise das referências bibliográficas disponíveis, que abordaram, de forma específica, cada um dos grupos Āwa. Em virtude disso, percebemos que a grande maioria das obras disponíveis discorre sobre as sobrevivências desses grupos indígenas após contato com o mundo externo e como a FUNAI tem se posicionado diante de tais situações.

O diferencial histórico desta análise, em relação aos demais e diversos estudos que já foram realizados sobre a sobrevivência do povo Āwa, é o seu caráter comparativo, buscando traçar de forma panorâmica os aspectos de sobrevivência desse povo a partir da intervenção do Estado Brasileiro. Assim, aproveitando a disponibilidade bibliográfica acerca da sobrevivência dos Āwa, se fez oportuno traçar uma análise que tem ênfase nas ações que foram tomadas pela FUNAI em relação aos dois grupos Āwa (do Tocantins e do Araguaia). Uma vez que os Āwa do médio Araguaia foram colocados em situação de abandono e descaso, inclusive dividindo um espaço de sobrevivência com o povo indígena Inỹ/Javaé, que eram seus inimigos históricos³. Somado a isso os Āwa do médio Araguaia, também não receberam assistência mínima após o contato, sendo colocados em uma situação de vexame e exposição pública.

Por outro lado, no alto rio Tocantins é possível identificar alguns elementos da manifestação da tutela por meio da criação do Programa Avá Canoeiro do Tocantins (PACTO). Contudo, vale ressaltar que não se trata de favorecimento, ou que o PACTO por si seria uma garantia de vida a esses povos, entendendo que nesse processo de contato foram os indígenas os mais prejudicados, os levando à exclusão, bem como restrição à liberdade, costumes, e até mesmo de locomoção no espaço, “decorrente de um encurralamento

³ Essa historicidade se explicita quando os Inỹ/Javaé celebram todos os anos o cometimento de alguns inimigos vencidos em guerra, no ritual de *ixyju kuni* (JAVAÉ, 2019, p. 47), sendo que entre eles encontram-se os próprios povos Āwa.

territorial a que foram submetidos” (SILVA, 2005, p. 65). Esses dois eventos serão explicados de forma mais detalhada e sistematizada nos capítulos próximos desta dissertação.

Esta pesquisa é uma oportunidade para expor que as relações em que a FUNAI se apresentou como órgão indigenista estatal ainda precisam ser discutidas, considerando que os grupos indígenas presenciaram todo o acontecimento e, a partir disso, decisões e medidas tomadas foram de formas questionáveis no que se refere à garantia dos direitos indígenas.

Tais direitos são expressos na Constituição Federal de 1988, sobretudo nos seus artigos 231 e 232. No artigo 231 da Constituição, reza que são reconhecidos aos índios sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Já no artigo 232, explicita-se a garantia aos povos indígenas a capacidade processual, ao discorrer que “os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interessante garantia dos povos indígenas” (BRASIL, 1988, p. 133).

As citações da Carta Magna, aqui discorrida, são de 1988, cuja promulgação ocorreu 15 anos após o contato dos *Áwa* do médio Araguaia e 5 anos depois do contato do grupo referente ao alto Rio Tocantins. Essas datas devem ser minuciosamente consideradas, observando se tais elementos, assim como prevê a Constituição Federal textualmente, tem se

³ Essa historicidade se explicita quando os *Iny/Javaé* celebram todos os anos o cometimento de alguns inimigos vencidos em guerra, no ritual de *ixyju kuni* (JAVAÉ, 2019, p. 47), sendo que entre eles encontram-se os próprios povos *Áwa*.

configurado na prática e se o Estado tem dado condições para que eles venham a usufruir desse direito.

1.1 Procedimentos metodológicos

Como procedimentos metodológicos que viabilizaram este estudo, usufruímos da análise bibliográfica e de algumas fontes informativas. As fontes informativas usadas foram as das revistas ‘Conectas Direitos Humanos’, na qual consta a entrevista intitulada “Memórias e lutas do povo *Ãwa*” e o canal ‘Outras Mídias’, com uma série de entrevistas com integrantes da comunidade *Ãwa*, intitulado: Do genocídio ao sonho de demarcação dos *avá*-canoeiro.

Somado a isso, os contatos com Kamutaja Silva *Ãwa* e a comunidade indígena *Ãwa* como um todo, foram de extrema importância, uma vez que os diálogos realizados junto à comunidade contribuíram significativamente para a compreensão da profundidade do problema da não assistência aos *Ãwa* após o referido contato.

Considerando o caráter comparativo entre os grupos *Ãwa*, e sendo as fontes bibliográficas o maior recurso que viabilizou este estudo, assim foi feita uma leitura minuciosa das principais fontes bibliográficas, que possibilitaram a compreensão da história de resiliência dos *Ãwa*, da tutela como política indigenista, bem como a ausência diante deste referido povo, sobretudo ao grupo do médio Araguaia.

É importante ressaltar que esta pesquisa busca comparar as narrativas para entender os elementos históricos que fizeram com que um mesmo órgão indigenista viesse a se posicionar de formas diferentes frente aos grupos aqui já citados.

A presente pesquisa resultou nos três capítulos desta dissertação, que está organizada sequencialmente da seguinte maneira: O primeiro capítulo é denominado “Contexto Histórico do Brasil Central nos séculos XVIII, XIX e XX e os povos indígenas”, no qual consta uma apresentação panorâmica sobre o contexto histórico do Brasil daqueles três séculos, iniciando-se com uma breve abordagem pautada em assuntos pertinentes aos séculos mencionados, tais como o processo de colonização do território brasileiro, o papel das entradas e bandeiras, bem como os ciclos econômicos além de abordar a relação entre o conquistador e os povos indígenas.

No segundo capítulo, denominado “Histórico do contato dos grupos *Ãwa* do médio Araguaia e do alto rio Tocantins”, buscamos de forma sucinta explicar historicamente como se deu esse processo de contato desses dois grupos indígenas a partir das diferentes perspectivas, trazendo uma abordagem de como ocorreu no alto rio Tocantins e no médio Araguaia. Assim, ainda nesse capítulo, traçamos uma comparação do modo em que esse

contato se aplicou em ambos os grupos como, por exemplo, relatando com base nas evidências escritas, que em Goiás o grupo se rende ao contato como alternativa de sobrevivência, enquanto no médio Araguaia, o contato é fruto de uma ação que Silva (2005) caracterizou como ‘truculenta’, devido ao violento confronto que deixou índios mortos e feridos.

O terceiro e último capítulo desta dissertação busca contextualizar as relações atuais entre o órgão indigenista FUNAI e o povo ãwa. O referido capítulo é intitulado “A FUNAI e o povo ãwa após os respectivos contatos” e apresenta uma análise comparativa das ações exercidas pela FUNAI, diante dos dois grupos após o contato. A construção deste capítulo se deu com base nos seguintes recursos: a análise do depoimento concedido da jovem liderança do grupo do Médio Araguaia, Kamutaja Silva ãwa, em entrevista ao Conectas Direitos Humanos intitulada: Memórias e lutas do povo ãwa; e também no artigo História pós-contato e protagonismo do povo ãwa (2021), publicado pela jovem liderança, que atualmente é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL CENTRAL NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX E OS POVOS INDÍGENAS

Esse traz, de forma panorâmica, o contexto histórico do Brasil nos séculos XVIII, XIX e XX, discutindo e analisando questões indígenas no dado período e dando ênfase ao povo indígena *Ãwa*, tanto no médio Araguaia quanto no alto Tocantins e os desdobramentos da história de resiliência desses povos.

2.1 O Brasil dos séculos XVIII ao XIX

Ao mencionar o século XIX, é de suma importância frisar que a sociedade passa por grandes transformações, sejam elas econômicas, sociais, mas, sobretudo, no aspecto político, como por exemplo, o processo revolucionário que desencadeou a independência e formação do Estado nacional brasileiro, Pimenta (2009), no artigo ‘A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico’ entende

A concepção de que o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro foi marcado por uma mescla positiva e meritória de elementos de ruptura e de continuidade. A ruptura entre Portugal e Brasil implicaria uma revolução necessária, legítima e construtiva (PIMENTA, 2009, p. 55).

Essas transformações são também frutos de um processo de desconstrução das identidades histórico-sociais, dos costumes de vida e das comunidades tradicionais desse país, sendo assim de extrema importância entender que diversos grupos e pessoas foram atingidas em nome de um progresso. Nesse sentido, corrobora Junior (1942, p. 6) que “O Brasil contemporâneo se define, como o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio a este”.

Os escritos os autores supracitados remetem à importância de buscar compreender a história do Brasil em sua totalidade, dialogando sobre a construção que se forma para a contemporaneidade e como as relações interétnicas se constroem dentro desse contexto.

Seguindo uma ordem cronológica dos eventos históricos, percebemos que para se chegar ao século XX, devemos salientar que o século XVIII é de suma relevância na consolidação da conquista das terras brasileiras, e o século XIX no processo de ocupação da terra.

A descoberta das primeiras jazidas de ouro no início do século XVIII é considerada um fator importante no processo de ocupação e ao adentramento do território brasileiro. A ocupação dos novos territórios se associa ao levante do bandeirantismo, assim como ocorreu na capitania de Goiás. Esse momento também é de alterações do valor econômico dessa colônia para a metrópole portuguesa, pois, devido ao ouro ser um produto valioso, povoar as

regiões “vastas” do Brasil seria uma das principais alternativas contra possíveis invasões.

O bandeirantismo, de forma resumida, pode ser considerado enquanto expedições ocorridas no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Em sua grande maioria saindo da província de São Paulo, o principal objetivo dessas expedições era a busca de metais e pedras preciosas, bem como de povos indígenas para atuarem no trabalho compulsório. Consequentemente, a partir dessa prática de ocupação, ocorreu a intensificação das relações, na maioria das vezes conflituosas, entre os não indígenas e os povos indígenas.

Ainda em decorrência das novas descobertas proporcionadas pelo bandeirantismo, tem-se o surgimento de novas capitanias, como Goyaz (criada em 1748), tendo como primeiro governador Dom Marcos de Noronha, Minas Gerais (1720) e Mato Grosso (1748). O surgimento dessas capitanias permitiu o desenvolvimento de novos vilarejos e arraiais.

De acordo com os estudos de Giralдин (2002), na Capitania de Goyaz, por exemplo, as primeiras minas de ouro foram descobertas em terras de ocupação dos índios Goiás, evento classificado como início da corrida pelo ouro na região e o surgimento de novos arraiais: “As primeiras minas de ouro dos sertões de Goiás foram descobertas na região habitada pelos índios Goiás, em 1722, e podemos dizer que aquele acontecimento foi o marco inicial de uma verdadeira “corrida do ouro” ” (GIRALDIN, 2002, p. 2).

Com base no capítulo da obra A (trans) Formação Histórica do Tocantins, produzido por David McCreery (2002), podemos compreender que, a priori, os europeus adentraram as áreas da capitania de Goiás em busca de indígenas para o trabalho compulsório e, depois, ouro e diamante. Após as descobertas das primeiras jazidas de ouro houve um crescimento significativo da produção na capitania de Goiás entre os anos de 1730 e 1740, tendo um maior crescimento ainda em 1750, mas decaindo a partir dali (McCREERY, 2002).

Ainda de acordo com McCreery (2002), a atividade agropastoril não era prioridade da coroa portuguesa e dos demais governantes naquela época. A agropecuária servia apenas para dar manutenção à mineração. A restrição para o desenvolvimento da agropecuária ocorria em função da pouca mão de obra, o que poderia causar uma escassez para a realização de atividades nos garimpos. Entretanto, por causa das dificuldades no transporte de produtos, em grande maioria vindos de São Paulo, a coroa portuguesa teria abandonado o esforço para restringir a agropecuária na região da capitania de Goiás.

Vale ressaltar que com o declínio da exploração do ouro, a agricultura de subsistência passa a ser uma atividade comum. No entanto, diversas dificuldades foram encontradas para o avanço da agropecuária, sendo uma das principais a manutenção das relações comerciais com outras capitanias devido à escassez de transporte adequado, uma vez que o meio de transporte da época era basicamente realizado pelos rios, com viagens que duravam meses e que dependiam, sobretudo, das estações climáticas que fornecessem condições para tais navegações. Transportar produtos agrícolas era uma dinâmica muito difícil, o que tornava essa atividade apenas uma alternativa para a subsistência

Em vista disso, a alternativa para Goiás se conectar com outros mercados foi o transporte aquático realizado principalmente pelos rios Tocantins e Araguaia. Embora essa tenha sido uma alternativa aceita, surgia outro problema. No século XVIII, os rios eram interditados para evitar o contrabando do ouro, restrição que foi suspensa no final daquele século. Durante o século seguinte, as viagens eram longas e duradouras. Esses viajantes precisariam de apoio durante o percurso. Sobre este problema, McCreery (2002) pontuou que:

“O processo de navegação fora beneficiado por uma linha de navegação a vapor com subsídios governamentais, contudo surge um outro problema que era a ausência de uma população assertada ao longo das margens que pudesse suprir os viajantes” (McCREERY, 2002, p. 6).

Por volta do fim do século XVIII começaram a aparecer em Goiás certo número de fazendas de gados, expandindo, a partir dali, de forma gradativa. Vale ressaltar que os conflitos dos fazendeiros e os dos povos indígenas não podem ser restringindo-se a essa única atividade, uma vez que naquele período o gado era criado solto, não havendo a formação de pastagens para tal, assim como salienta McCreery (2002, p. 21) “O gado em Goiás de forma mais ou menos selvagem, grande parte do tempo escondido no mato e no cerrado, muitas das vezes servindo de presas de inúmeros predadores incluindo – se onças, sucuris e morcegos”.

Entretanto, em relação às atividades agropastoris, os gados naquele período eram criados soltos, eles “invadiam os espaços de caça e roças dos indígenas”. É possível observar que isso gerou grande resistência pelos povos indígenas, no tocante ao aumento das hostilidades entre eles e os não indígenas (McCREERY, 2002, p. 16).

Partindo do princípio de que a grande maioria do território era de fato ocupado e garantia a sobrevivência e a manutenção dos costumes e culturas dos povos indígenas, é notório que com as expropriações violentas desses territórios pelo conquistador, acompanhado também da ausência de política de assistência a esses povos, restaram aos povos indígenas lutar e defender aquilo que, na grande maioria das vezes, era o seu bem maior. E a partir dessas relações hostis e conflituosas, o etnocídio e o genocídio foram se tornando marca dessas transformações e da desconstrução e construção de uma identidade do país.

Soma-se a isso o fenômeno de dispersão de muitos povos indígenas que resistiram à intervenção do conquistador, como é o caso do povo *Ãwa*. Veremos nos próximos capítulos a história de luta e resiliência desse povo em defesa dos costumes e da garantia de sua sobrevivência.

Na capitania de Goiás, com base no que descreve Prado Junior (1942, p. 53), “o ciclo da mineração se dividiu em dois agrupamentos um ao Sul e outro ao Norte, sendo que foi no Sul onde que se tem as primeiras descobertas do ouro em 1725”.

Fica evidente como Goiás possuía real necessidade de buscar novas alternativas econômicas, haja vista que havia grande descrença na descoberta de novas jazidas de ouro e a baixa densidade demográfica da região:

A importância da retomada de uma nova atividade econômica devido o declínio das atividades aurífera, havia em Goiás cerca de 50 mil habitantes, sendo que 36 mil encontravam no Sul e os demais no Norte, sendo que apenas 100 pessoas sequer acreditavam na retomada da mineração, contudo apesar das evidências desprezavam – se qualquer outro tipo de ocupação, uma vez que as minas já não davam quase nada e o povoamento se reduzia consideravelmente (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 54).

Essas minas de ouro descobertas na região de Goiás, como relata Prado Júnior (1942), não se sustentaram. Vale salientar que eram em terras de ocupação e sobrevivência dos povos indígenas.

Com o advento da mineração sendo constantemente substituída pelas atividades pecuaristas, a ocupação das terras de usufruto dos povos indígenas se tornava um problema cada vez maior, não circunscrito da capitania de Goiás, mas sim um processo se desenvolvia em diversas regiões do Brasil. E nesse contexto, os povos indígenas que resistiram menos às intervenções não indígenas aos seus modos de vida passaram a serem vistos como povos indígenas dóceis; enquanto isso, aqueles que resistiram bravamente a esse contato e a intervenção, foram vistos como arredios ou inimigos

A formação das pequenas cidades no interior do país exerceu um papel crucial nessa nova conjuntura, uma vez que as populações indígenas passam a ser vistas como selvagens e não como pessoas habituadas ao convívio humano. Um ponto de vista que converge com o que afirma Santos (2014), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e autor do artigo “A “Civilização dos índios” no século XVIII: Da legislação pombalina ao “plano” de Domingos Barreto”, traz uma discussão acerca do surgimento da ideia de civilização dos índios no contexto da política colonial lusitana para os povos indígenas do Brasil. Assim, de acordo com Santos (2014, p. 237), ser “polido” ou “civilizado” significava não ser como o selvagem, o “rústico”, ou seja, aquele que não mora na Corte ou na cidade, que ignora os preceitos civis ou que não vive de acordo com eles.

Soma-se a isso uma série de medidas que foram tomadas no processo de colonização que assimilavam o discurso de aculturação dos povos indígenas, como se percebe nos aldeamentos jesuíticos, onde os povos eram claramente educados para serem cristãos.

É bem evidente que por muito tempo, não somente os povos indígenas, mas também a população negra em geral, foram fortemente discriminados em uma tentativa de minimizar aquilo que, na verdade, era a grande maioria na formação dessa sociedade. Parte disso estava colocada pela falta de reconhecimento desses povos enquanto organizações sociais e que, portanto, deveriam ser inseridos aos costumes da cultura europeia, catequizados, evangelizados.

Se o século XVIII é marcado pelo adentramento das bandeiras e pelas entradas no interior do Brasil com relações hostis e conflituosas entre o conquistador e os povos indígenas, com o início do século XIX e com a vinda da família real em 1808, pouco se diferiu do século anterior, no que se refere à política indigenista no país. Ao contrário disso, o que se viu foram as edições das Cartas Régias em 1808.

As Cartas Régias garantiam a escravidão dos povos indígenas por meio de um processo conhecido como guerra justa⁴; ou seja, quando eles eram considerados hostis aos conquistadores. Dessa forma, foram decretadas várias guerras justas contra os indígenas da província de Minas Gerais (sobretudo contra o povo Krenak no Vale do rio Doce, à época chamados de Botocudos) e depois contra os indígenas de Guarapuava, no Paraná e, posteriormente, estendendo essa mesma atitude aos povos indígenas que habitavam as margens do rio Tocantins.

Além das Cartas Régias mencionadas, outros tipos de políticas também se fizeram presentes no processo de opressão aos povos indígenas. Entre elas, podemos citar a política de descimentos, que se referem ao processo de subir os rios amazônicos com grande contingente de pessoas armadas, capturar grupos inteiros e descer os rios em direção às vilas, sobretudo a de Belém do Pará. Por meio dessas expedições, os indígenas considerados hostis eram retirados das suas terras e levados aos aldeamentos próximos aos núcleos urbanos, em uma tentativa de destruir seus valores, hábitos e costumes e desfrutar dessa fonte de mão de obra.

É necessário considerar que nesse período não existiam leis consolidadas, no que se refere aos direitos indígenas. Sales (2017, p. 22) explica que nas primeiras décadas do Império não havia uma legislação indigenista unificada. O autor aponta que essa ineficiência, ou até mesmo a inexistência de leis de proteção aos povos originários, estava diretamente relacionada à violência às quais eram acometidas e a exclusão do território:

A violência foi uma marca das relações com as populações indígenas: fosse pela expropriação de terras e trabalho (remunerado ou escravo) ou pela perseguição propriamente dita. Não houve província do reino onde não existiu algum perrengue envolvendo os selvagens, mesmo quando os indômitos eram índios civilizados, muitos à longa data (SALES, 2017, p. 23).

É notório que no início século XIX percebe-se o surgimento de dois tipos de atitudes dos povos indígenas: aqueles que, mesmo diante de um processo de subordinação e medo, se renderam ao colonizador; e aqueles que resistiram incansavelmente ao contato com o chamado homem “branco” ou não indígena. Um posicionamento que Santos (2014) classifica como povos indígenas ‘mansos’ e ‘bravos’ (respectivamente). Os ‘mansos’ eram descritos como “mais tractaveis e dóceis” enquanto os “bravos”, ao contrário, “vivem embrenhados, sem modo de governo e que com muita dificuldade se deixam procurar” (SANTOS 2014, p.253). Dessa forma, muitos grupos indígenas foram se deslocando pelo território brasileiro.

⁴ Conforme a lei, o índio somente poderia ser escravizado em situações de “Guerra Justa”, ou seja, quando eram hostis aos colonizadores. Apenas o Rei poderia decretar uma “Guerra Justa” contra uma tribo, apesar de que Governadores de Capitânicas também o tenham feito.

Entretanto, os povos indígenas não fugiram da luta. Ribeiro (1995), autor da obra *O Povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil*, afirma que os povos indígenas lutaram incansavelmente pela garantia da liberdade e de seus aspectos sociais e culturais.

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga. Nesse conflito de vida ou morte, os índios de um lado e os colonizadores do outro punham todas as suas energias, armas e astúcias” (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Mesmo com a Proclamação da República no final do século XIX, há um imaginário de “aculturação”, embora esse termo não seja apropriado para referir aos povos indígenas, acreditando que a cultura passa por ressignificações, mas não se perde.

A Proclamação da República em 1889 inaugura o período denominado de Primeira República do Brasil ou República Velha. Contudo, no que se refere aos povos indígenas, prevaleceu a mesma concepção do período imperial. Tomporoski e Bueno (2021) expõem que em 1890 foi apresentado à assembleia constituinte uma proposta no sentido do reconhecimento da soberania e autonomia indígenas. Tal proposta ressaltava que fosse criado um Estado Confederado, havendo dois estados nessa confederação. A nação dos Estados Ocidentais Brasileiros (formado pelos não-indígenas) e a nação dos Estados Americanos (formado pelos povos indígenas).

Cabe frisar que a Proclamação da República brasileira se deu por meio de influências do pensamento positivista, sobretudo pelo Apostolado Positivista no Brasil (uma corrente que entendia como necessário o Brasil ser governado por intelectuais capacitados). De acordo com Rodrigues (2019), em o “Apostolado Positivista do Brasil e o SPILTN: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil”, um grupo de positivistas brasileiros abraçaram as causas indígenas naquele período e encaminharam essa proposta à constituinte de 1891:

No final do século XIX e nos primórdios do século XX, no Brasil, um grupo de pensadores positivistas ergueu a bandeira em favor da causa indígena. Cabe lembrar que, com a instauração da república, os positivistas detinham uma certa influência entre os militares, por muitos serem adeptos das ideias de Comte. Desse modo, por meio do Apostolado Positivista do Brasil surgiu a única proposta encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, em 1891, sobre os direitos dos índios (RODRIGUES, 2019, p. 188).

A criação do Estado confederado daria, nesse sentido, maior autonomia aos povos indígenas. Na proposta encaminhada à constituinte, Rodrigues (2019) ressalta que se tratava do reconhecimento da soberania indígena e atentava para a constituição étnica do Brasil, citando a fusão entre os elementos europeu, africano e indígena.

A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fórmulas convenientes a cada caso, a saber (RODRIGUES, 2019, p. 188).

Nesse sentido, os povos indígenas estariam livres, soberanos e senhores das terras que habitavam. Contudo, o que se viu foi uma política de continuidade da mesma política do período imperial.

A Constituição Republicana promulgada em 24 de fevereiro de 1891, além de desconsiderar a proposta apresentada, seguiu a constituição do império e manteve os índios brasileiros na invisibilidade – como se esse fosse um país de um só povo (TOMPOROSKI; BUENO, 2021, p. 26).

Dessa forma, vale salientar que na virada do século XIX para o XX não se teve uma nova legislação republicana de orientação da política indigenista. Ao contrário, continuou seguindo o Regulamento das Missões, de 1845, que decretava o direito dos índios às terras nas aldeias. Contudo, considerava a possibilidade de extinguí-las, conforme seu estado de decadência, sendo essas as diretrizes que permaneceram até o século XX.

No início do século XX há a criação da comissão de linhas telegráficas e estratégicas do Mato Grosso (Comissão Rondon), que visava propor alternativas de desenvolvimentos e estímulo à ocupação da “vasta” região considerada como desocupadas. Após os contatos de Rondon com os povos indígenas e os problemas decorrentes das mortes de populações indígenas, que ocorriam naquela época, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) (DORNELLES, 2017).

A criação do SPI, em 1910, foi amplamente relacionada com os projetos de ocupação e colonização do território do interior do país, que até então eram considerados vastos e vazios. O órgão também favoreceu a expansão da agricultura no Brasil por meio da criação dos centros agrícolas, uma vez que o órgão era parte integrante do Ministério da Agricultura, e era composto pelos chamados trabalhadores nacionais no governo do então presidente Nilo Peçanha. Contudo, o SPI (sigla pela qual é mais conhecido aquele órgão e que será doravante utilizado), estava voltado à pacificação dos povos indígenas, ou seja, com ausência de uma política que garantisse o direito à liberdade de costumes, tradições e moradia dos povos indígenas.

Na época do SPI (1910 – 1967), a interpretação da aculturação emergia nos debates do órgão protetor dos povos indígenas. A ideia de catequizar e civilizar se encontrava presente desde 1906 nos debates que se realizavam sobre a relação do Estado com os povos indígenas (DORNELLES 2017, p. 16).

Contudo, nos anos 1960, com o advento da ditadura militar no Brasil, ocorrido a partir do episódio do golpe de 1964 que depôs o até então presidente João Goulart, inicia-se, a partir desse momento, um regime de exceção. Os povos indígenas, mais uma vez, foram colocados como empecilhos para o “desenvolvimento” econômico. Além disso, em 1967 o SPI foi

substituído pela FUNAI.

A FUNAI naquela época (década de 1960 e 1970) estava ativamente buscando fazer o contato dos grupos isolados ou resistentes por imposição dos governos militares, sendo esses diretamente responsáveis pela criação do órgão, justificado pela necessidade de implantar grandes obras de infraestrutura na Amazônia, ou os chamados projetos de desenvolvimento, sendo que os grupos indígenas, sem contato, eram considerados obstáculos.

É importante lembrar que durante os governos militares, os povos indígenas eram categoricamente classificados como selvagens, assim como explicitado no texto constitucional de 1967 que, em seu artigo 186, refere-se claramente aos povos indígenas como silvícolas (ideia de selvagem ou morador as selvas e que não se utiliza mais para mencionar os povos indígenas). Vejamos o teor do artigo 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (BRASIL, 1967, p. 134).

Porém, ainda no artigo 186 do texto constitucional, há a abordagem acerca da garantia da posse permanente da terra aos povos indígenas, o que, de certa forma, contraria medidas tomadas na época como, por exemplo, as diversas frentes de atração que foram instaladas em diversas regiões do Brasil.

No entanto, cabe aqui salientar que, de uma forma geral, as sociedades indígenas, a partir dos anos 1970, se organizavam expressivamente contra o poder do Estado sobre o controle da vida cotidiana da população nativa. De acordo com Santos (2006), no estudo intitulado *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, explica que um dos fatores decisivos para a dominação dos povos indígenas no Brasil foi o desentendimento interno entre os diferentes grupos étnicos.

De acordo com Santos (2006, p. 59), “a partir da trágica experiência, os povos indígenas resolveram superar rivalidades” e se uniram para lutar em conjunto pelos seus direitos, criando, por exemplo, o movimento ‘indígenas organizado’, responsável pela construção de assembleias indígenas, bem como a criação União das Nações Indígenas (UNI), sendo essa uma das primeiras organizações de caráter nacional dos povos indígenas. Contudo, a FUNAI ainda manteve muito de tutelar em suas práticas, mesmo diante das organizações aqui mencionadas.

Assim podemos demonstrar a trajetória da política indigenista do século XX, a partir da imagem ilustrativa abaixo.

Imagem 2: Panorama da política indigenista no Brasil



Fonte: Próprio autor (2022).

A imagem acima traz de forma resumida um pouco da trajetória da política indigenista no referido século. Contudo, vale frisar que outras importantes ações se fizeram presentes nesse período, tais como a criação da União das Nações Indígenas, criada em termos nacionais e que surge a partir de assembleias indígenas que foram realizadas ao longo da década de 1970 por meio de lideranças indígenas, com o objetivo de defender a integridade e cultural dos povos. Além disso, podemos citar o Estatuto do Índio de 1973, criado pela lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os povos indígenas assim como descreve em seu artigo 1º que “esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (BRASIL, 1973, p. 3).

É importante salientar que o processo de desenvolvimento da política indigenista no país é uma participação e engajamento dos próprios povos indígenas em busca do reconhecimento legal do direito e garantia deles.

Dessa forma, e com base no que descreve a criação do estatuto do índio em 1973, a política indigenista pode ser interpretada como uma resposta do governo para com os povos indígenas, uma lei que surge, mas que não incrementa as lutas indígenas na época. Lima (2013) relata que é possível considerar tal estatuto como o primeiro relacionado ao indígena do período republicano e que teve como finalidade a legitimação e universalização da própria administração diante de outros segmentos sociais e não dos povos indígenas, sobre os quais

incide diretamente sendo que muito do que se praticava mantém, inclusive, com o processo de contatar os povos originários.

Esse processo de imposição do Estado aos povos indígenas pode ser associado à relação de poder de uma cultura sobre outra. Uma forma de ter ação sobre o indivíduo considerado inferior, uma relação de ação e poder que nos remete a Foucault (1987) que, ao discutir sobre os aspectos de uma punição generalizada, traz alguns aspectos que nos direciona a um ponto semelhante.

Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra (FOUCAULT, 1987 p. 20).

E são ações como essas que isolam costumes e tradições e que desconsideram uma classe em detrimento de outra, que marcam as relações dos povos originários com o colonizador, no período aqui abordado.

2.2 Os grupos indígenas no Tocantins e Araguaia:

A ocupação humana na área que corresponde o Estado de Goiás colonial, do qual posteriormente foi criado o Estado do Tocantins, retrocede há milhares de anos. Segundo Araújo Jr (2012), os registros oficiais do IPHAN apontam para a existência de 626 sítios arqueológicos pré-coloniais em Goiás, 97 no Estado do Tocantins e 22 no Distrito Federal. Segundo o autor, isso mostra como a região localizada entre os rios Tocantins e Araguaia, hoje estado do Tocantins, assim como outras regiões do Brasil, eram terras de ocupação indígena antes da chegada do colonizador. Com base nas contribuições escritas de Girardin (2002, p. 110), no século XVIII, essa região já era habitada por diversos povos indígenas, sendo eles os Karajá, Krahô, Nhyrkwãje, Apinajé, Akroá, Xakriabá, Xavante, Xerente e os Avá – Canoeiro, povos com características socioculturais diversas, com línguas e costumes diferentes, distribuídos em várias localidades dessa mesma região.

Os povos ãwa (Avá-Canoeiros), por exemplo, ocupavam a região sul no médio e alto rio Tocantins, onde hoje se encontra os municípios de Paranã, Peixe e Gurupi. Enquanto isso, os Xakriabá e os Akroá encontravam-se na região sudeste, na região abrangida pelos municípios de Arraias e Natividade, onde aconteceram os principais confrontos com os mineradores. Por outro lado, os Xavante estavam mais centrados na localidade dos atuais municípios de Aliança, Crixás, Fátima, Cristalândia, Paraíso e Guaraí. Já os Xerente habitavam o leste do atual Estado do Tocantins.

Os Xerente são um povo falante da língua Akwê, que muitas vezes ocuparam e dividiram os mesmos espaços geográficos dos Xavante, pois, segundo Girardin (2002, p. 117), os dois povos são considerados como uma unidade étnica coexistindo até o princípio do

século XIX, o que pode explicar algumas semelhanças entre eles.

Entretanto, com o advento da invasão de novos territórios, por meio dos bandeirantes e entradas, fizeram com que no século XVIII chegassem na região os primeiros conquistadores com a intenção de se fixarem nessa localidade e explorarem o ouro que era o principal produto econômico na época. A exploração da região das primeiras minas de Goiás é um fato comumente atribuído ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva ou bandeirante Anhanguera, como foi apelidado pelos povos originários da época, sendo o responsável pela expedição que partiu de São Paulo e atravessou o território do atual Estado de Goiás, seguindo até o rio Araguaia.

A imagem abaixo traz uma ilustração referente a Bartolomeu Bueno da Silva, a partir de uma exaltação desse personagem. Vale ressaltar que o bandeirante que aparece na literatura brasileira não representa de fato os grupos de homens que percorreram o Brasil naquele tempo, considerando as dificuldades encontradas e vivenciadas por eles.

Imagem 3: Bartolomeu Bueno da Silva



Fonte: SÓHISTÓRIA (2009).

Porém, segundo o que descreve Pedroso (1994), foi Bartolomeu Bueno da Silva Filho, ou Anhanguera como se tornou conhecido, que se depara com os povos indígenas Goiás e os Crixás, povos indígenas que foram extintos ainda no início do processo de conquista da região goiana.

Entretanto, cabe frisar que houve a dizimação (genocídio) de muitos grupos indígenas. Contudo, isso não pode passar a imagem de passividade daqueles povos, haja vista que houve resistência por parte dos povos originários, o que explica os atritos e as dificuldades de ocupação desses espaços, reiterando que o processo de conquista da região não se trata de um evento simples e rápido, mas sim de um processo mais lento, levando vários anos, e por meio de muitos conflitos entre o conquistador e os povos originários.

As entradas e bandeiras e a mineração foram às atividades responsáveis pelo povoamento da região conhecida, por Goiás. Tais atividades foram também responsáveis pela expulsão e aniquilamento dos nativos dessas terras, recuo das vanguardas espanholas e a fixação da população estável no centro do Brasil (ARAUJO JÚNIOR, 2012, p. 42).

O processo de resistência indígena contribuiu para a falta de interesse da população não indígena em habitar as novas terras “descobertas”, temendo ataques e pelas dificuldades encontradas na região. Assim, o governo de Portugal, por meio do príncipe regente D. João, resolve, utilizando-se da carta regia de 05 de agosto de 1811, conceder vantagens às pessoas que se estabeleciam na margem do Rio Tocantins como alternativa ao favorecimento do comércio com o Belém do Pará e, conseqüentemente, a integração com as demais regiões do Brasil, no intuito de atrair moradores para a região e aos poucos concretizar a política de ocupação da região. Entre as vantagens mencionadas, podemos citar a isenção de impostos e o direito a escravização dos índios aprisionados em guerra⁴.

Na capitania de Goiás, temendo o contrabando do ouro, por muito tempo as navegações nos rios foram proibidas, assim como explica Giraldin (2002a, p. 5) ao relatar que “para tentar evitar o contrabando de ouro, no século XVIII a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins fora proibida pela coroa portuguesa, pois naquele período, entre 1720 e 1770, a capitania de Goiás viveu o período áureo da mineração”.

No entanto, com o processo de declínio do ouro e a necessidade de incentivos voltados ao processo de ocupação da região, tais medidas foram revogadas, e foi dentro desse contexto que o governo de Goiás criou os presídios militares, que se pautavam em apoio logístico às viagens de longa duração que eram realizadas, sobretudo no rio Araguaia.

Os presídios foram construídos no intuito de dar proteção aos moradores contra os ataques dos povos indígenas, apoio para as navegações e favorecer a ocupação da região, sendo parte da política governista provincial da época, como nos explica Giraldin (2002a). Além das expedições armadas, a construção de presídios militares na margem do rio Tocantins visava a garantia da segurança aos moradores e aos navegadores daquele rio.

Segundo as informações disponibilizadas por Giraldin (2002), por volta dos anos de 1854 e 1855, foram construídos os seguintes presídios nas margens do Tocantins: Santo Antônio, Santa Cruz e Santa Barbara. As estratégias do governo eram voltadas ao incentivo a vinda de pessoas para ocupar a região que era considerada vasta, embora ocupada pelos povos indígenas.

Essas pesquisas disponibilizadas por meio de artigos, livros e entre outros, corroboram com as informações disponibilizadas por Padro Júnior (1942) que reafirma em seus estudos o baixíssimo índice populacional na região do norte goiano e a necessidade de desenvolver novas atividades econômicas que despertassem o interesse pela região, sendo que é nessa perspectiva de mudança de cenário que a vida dos povos indígenas é bruscamente dificultada,

⁴ Para compreender melhor esse processo, ver o artigo de Giraldin (2002a).

provocando assim, a partir daquele período, o processo de dispersão dos povos indígenas, em busca de espaço que lhe dessem garantia à sobrevivência, tendo em vista que aos olhos do Estado, eles eram ameaças ao chamado “desenvolvimento” e à expansão econômica da localidade.

2.3 Os grupos indígenas *Ãwa* do Tocantins e Araguaia

De acordo com os estudos históricos da Professora Dulce Madalena Rios Pedroso, foi através dos bandeirantes paulistas e por meio dos missionários jesuítas que ocorreu a chegada dos primeiros conquistadores na região interiorana do Brasil, sendo a descoberta das minas de ouro o grande incentivador na busca por novos territórios, bem como o aumento das relações de hostilidade com os povos indígenas (PEDROSO, 1994).

Na região goiana, o processo de conquista desse território ocorreu em função de diversos fatores, primeiro devido à descoberta das jazidas de ouro e, segundo, em função da escassez desse mesmo produto que abriu oportunidade para o investimento em novas áreas (agricultura, pecuária e comércio), esse último beneficiado por meio de incentivo do governo na tentativa de atrair pessoas para a região, como também em promover as navegações nos rios Araguaia e Tocantins e ao mesmo tempo contribuir e fortalecer as relações comerciais por via fluvial, principalmente com a província do Pará, estimulando assim a ocupação das margens dos rios e dinamizando a economia.

Pedroso (1994) também discorre sobre a origem dos *Ãwa* e como eles chegaram à região na qual foram contatados. Em seus estudos, a autora faz uma abordagem desmitificando possíveis ligações dos *Ãwa* com os Carijós⁵ e com a origem cafuzada do povo *Ãwa*. Seus estudos são de grande relevância para compreensão de como esses povos chegaram até a região da Ilha do Bananal e de Minaçu – GO.

Diversas narrativas da literatura brasileira, tais como Cunha Mattos (1874) e Couto de Magalhães (1902) discorreram para a origem do povo *Ãwa* como descendentes dos Carijós de São Paulo. Nessa versão, eles teriam sido trazidos para a região central do Brasil por meio da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, processo no qual se deu o início da conquista dessa região, e que os Carijós teriam fugido nas proximidades do rio Paranã. Nessa argumentação, os *Ãwa* seriam procedentes de uma mestiçagem entre os Carijós e negros, também refugiados e abrigados em quilombos.

Entretanto, o trabalho de Pedroso (1994) mostra que não é possível mensurar se houve ou não a presença de índios na bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, e muito menos a sua quantidade e as suas características étnico-culturais, uma vez que existe um leque de informações variadas na visão de muitos pesquisadores sobre a composição de tal bandeira, o

⁵ Os carijós eram indígenas guaranis que, no Brasil, ocupavam o território compreendido entre Cananeia, no estado de São Paulo.

que inviabiliza afirmar com veracidade a presença indígena em tal ocasião ou sua origem étnica.

Soma-se a isso o fato das pesquisas recentes generalizarem o termo carijós, relacionando-os com a escravidão indígena. Isso significa dizer que se existiram povos originários presentes na bandeira do segundo Anhanguera, não seriam necessariamente carijós, mas povos advindos de várias etnias.

Segundo Pedroso (1994), os estudos etnolinguísticos recentes sobre várias línguas indígenas brasileiras trazem uma nova versão sobre esses fatos históricos, uma vez que os dados coletados mostram com mais eficiência uma ligação do subgrupo linguístico do povo ãwa com os Tapirapé (MT) e os Assurini do Tocantins (PA), entre outros grupos étnicos já estabelecidos na região. Os dados da autora apontam que o povo Tapirapé vieram do Norte, subindo o rio Tocantins e dirigindo-se para região Araguaia, o que permite acreditar e mensurar que os ãwa tenham uma proximidade maior com os Tapirapé e muito menos com as línguas Guaraní, faladas pelos povos que eram denominados de Carijó. Dessa forma, os estudos apontados por Pedroso (1994) permitem dizer que os povos indígenas ãwa, além de possuírem características culturais próprias, já se encontravam nas margens dos rios Tocantins/Maranhão antes da chegada do conquistador.

Os dados históricos expostos revigoram ainda mais quando as evidências dão conta da presença desse grupo na região Tocantins/Araguaia, ainda no período de declínio do ciclo do ouro e a expansão das atividades pastoris, na segunda metade do século XVIII.

É nesse período que se tem um aumento significativo das primeiras fazendas de gado na região. Tal prática, ocorrida em função do declínio do ouro, fez com que a presença desses povos indígenas se tornasse um “problema”, uma vez que o território no qual o gado percorria era em terras de ocupação indígena ou espaço destinado para caça, tornando as relações entre os povos originários e conquistadores cada vez mais hostis, desenvolvendo em torno disso um processo conhecido como expropriação das terras indígenas por meio das atividades agropastoris.

O que se percebe é que na segunda metade do século XVIII, com o advento das novas descobertas, com a ocupação de novas regiões do interior goiano e o processo de desdobramento econômico em regiões que até então eram de pouco acesso do conquistador, interferiram diretamente nos costumes e tradições dos povos indígenas que habitavam essa região, sendo aqueles que optaram por resistir a tal transformação serem colocados como empecilhos e um problema para o estado brasileiro.

É dentro dessa nova conjuntura de ampliação econômica que a política de aldeamento retoma algumas das ideias anteriormente defendidas pelos jesuítas, ou seja, de apoio a liberdade dos povos indígenas que ao mesmo tempo primava pela necessidade de educá-los, preparando-os para a vida no trabalho. De acordo com o que escreve Chaim (1983), a pacificação dos grupos indígenas, nessa região, tem sua fundamentação na catequese. Sobre

esse assunto, Chaim (1983) relata que:

A política de aldeamento que será adotada em Goiás a partir da segunda metade do século XVIII representará uma adaptação das ideias anteriormente defendidas pelos jesuítas e colonos. De fatos os aldeamentos representavam de um lado, núcleos segregacionistas, mas objetivando aculturar o índio de forma a transformá-lo em mão de obra. Assim sendo a tese jesuítica da liberdade do índio, da necessidade de educá-lo e prepará-lo para a vida civilizada, foi aplicada em Goiás nos aldeamentos oficiais (CHAIM, 1983, p. 77).

Ainda de acordo com a autora acima, quando o processo de instalação da capitania de Goiás ocorreu, ainda durante a vigência do seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha, este teria sido notificado pelo governo metropolitano, por meio da carta Régia de 1749, com medidas às quais deveria seguir com as diretrizes referentes em relação a exploração das regiões diamantinas, bem como referente a disciplina dos povos indígenas, aos quais se referia da seguinte forma:

É assim a respeito das nações descobertas como das que descobriram de novo, havendo aparência de poderem reduzir – se a civilidade e a viverem aldeados pedireis ao provincial da companhia de Jesus de Brasil missionários para doutrinar e aldearem nas mesmas terras em que forem achados, sem permitir que sejam mudados para outras, salvo no caso que por serem poucos queiram voluntariamente unir – se a outras aldeias na mesma língua (CHAIM, 1983, p. 108).

Com base no que foi citado, fica evidente que a política de aldeamento adotada em Goiás é uma continuidade da que já estava em curso em grande parte da colônia, essa defendida pelos jesuítas e pelos colonos e que consistia em ocupação do território e da reserva de mão de obra dos povos indígenas. Vale ressaltar também que os aldeamentos que tiveram seu início com D. Marcos de Noronha não seguiram necessariamente uma linha contínua, uma vez que, após a instalação dos primeiros núcleos, ainda nas décadas de 1750, seguiu-se as orientações por hora abandonadas e caracterizadas por guerras ofensivas.

Consequentemente, em função das políticas indigenistas adotadas nas capitanias de Goiás, e considerando que os povos *Ãwa* sempre foram arredios e alheios a qualquer tipo de intervenção em seu cotidiano, é que esses povos, tanto os do médio Araguaia como os do alto rio Tocantins, se tornaram grandes “empecilhos”, no ponto de vista do Estado, para as transformações ocorridas naquela região.

De acordo com Chaim (1983, p. 99), alguns aldeamentos foram criados durante o século XVIII, sendo os principais listados abaixo:

- São Francisco Xavier do Duro: localizado próximo ao Ribeirão Formiga que foram aldeados os povos Xacriabá em 1751, com duração de 5 anos.
- São Francisco Xavier do Duro: também localizado próximo ao Ribeirão Formiga, onde foram aldeados os Akroá em 1753, tendo pouco tempo de duração.
- São José do Duro: localizado próximo ao aldeamento listado acima, construído em 1755, onde foram aldeados parte dos *Ákroa*, tendo a duração de dois anos.
- São José de Mossâmedes: localizado oito léguas da cidade de Vila Boa; neste

aldeamento iniciado em 1755 e vigorado até o século XIX, foram reunidos os povos indígenas Ákroa, Xavante, Karajá, Kaiapó entre outros.

- Nova Beira: Localizado na Ilha do Bananal, junto ao presídio São Pedro do Sul, no qual foram reunidos os Karajá e Javaé, iniciado em 1775, com duração de 5 anos.
- Maria I: localizado às margens do Rio Fartura, com uma distância de 11 léguas de Vila Boa, datado de 1780 com duração de 33 anos, sendo reunidos os povos indígenas Kaiapó.
- Carretão ou Pedro III: nas margens do Rio Carretão, nas proximidades de Crixas, construído em 1788, reunindo os povos Xavantes.

Cabe mencionar que a política de aldeamentos descritas foram construídas com base no que diziam as cartas régias, sobretudo de 8 de abril de 1752, referente ao estabelecimento dos povos indígenas em aldeias, nas quais exigiam que a colonização da capitania viesse a seguir as determinações da lei. Porém, essa mesma lei não impedia as guerras ofensivas contra grupos indígenas que fossem considerados perigosos. Vejam que povos *Ãwa* não foram citados nos aldeamentos no qual Chaim (1983) descreveu, nem mesmo no aldeamento Nova Beira, localizado na Ilha do bananal onde os *Ãwa* já estavam estabelecidos, isso devido a eles resistirem incansavelmente a tal intervenção não indígenas.

Estudiosos de diversos períodos das histórias, com pesquisas que se separam por mais de 30 anos, tais como Pedroso (1994), Giraldin (2002), Rodrigues (2012) e Chaim (1983), apontam de forma semelhante que os povos *Ãwa* estavam estabelecidos nas localidades do sertão de Amaro Leite, ilhas do rio Tocantins e nas terras das margens direita do rio Maranhão/Tocantins, desde o início da conquista das terras goianas.

Chaim (1983) ainda ressalta que se pode concluir que os *Ãwa* tinham se refugiados desde os tempos de preação⁶ em lugares diversos e jamais pisados pelo homem branco, sempre na área do Araguaia – Tocantins, ora nas proximidades de um, ora de outro (CHAIM, 1983, p. 51).

Os estudos apontados acima dão conta que os conflitos entre os povos *Ãwa* e colonizador se tornam notoriamente e nacionalmente reconhecidos, a partir do final das décadas do século XVIII. Dentro dessa perspectiva, o governador da capitania de Goiás, por meio da coroa portuguesa, entendia que ocupar aquela região era também uma alternativa para fortalecer a produção econômica. Sendo assim, uma eminente necessidade de dar segurança para as navegações pelo rio Tocantins, o qual era o principal meio de locomoção da época, as cartas régias de 1811 passaram a ser um dos principais instrumentos legais utilizados para punir os indígenas que resistiram à ocupação de suas terras.

Com a intensificação dos ataques perante os povos *Ãwa* e com a sua redução

⁶ Captura de Índios para venda como escravos, bem como a captura daqueles que reagiam às missões e reduções.

populacional significativa, começa assim a dispersão desses em pequenos grupos, uma alternativa encontrada para sua sobrevivência, pois os grupos menores propiciavam a busca por alimentos e por abrigo e facilitaria a fuga dos ataques promovidos pelos inimigos.

Segundo Rodrigues (2012), em meados do século XVIII, os povos *Ãwa* ainda permaneciam residindo às margens do rio Araguaia, principal afluente do rio Tocantins. Ainda nesse mesmo período, registros mostram que conflitos entre o grupo indígena e conquistador promovendo a hostilidades dessas relações.

É importante mencionar que os povos *Ãwa*, habitantes das margens do rio Tocantins/Araguaia, assim como salienta Rodrigues (2012), eram considerados seminômades e, por isso, viviam em constantes retiradas, o que justifica as evidências em que esses habitaram diversas regiões nas proximidades do rio Araguaia. Os *Ãwa* viviam da caça e coleta, então a necessidade de estarem em constantes mudanças em busca de alimentação e abrigo para a sua sobrevivência. Além disso, estamos falando de um povo extremamente guerreiro e que, por muitos anos, conseguiu evitar o contato e a intervenção dos não indígenas.

Assim, mesmo diante das duras perseguições impostas, as tentativas de contatos, as relações hostis com moradores, fazendeiros e Estado, dois grupos *Ãwa* alcançaram o século XX, vivendo em perspectivas diferentes e separados há muitos anos.

Dois grupos de *Avá – Canoeiro* alcançaram o século XX. Um nas serras dos municípios de Minaçu, Cavalcante e Santa Tereza, em Goiás, e outro grupo alcançou a Ilha do Bananal, no Tocantins, passando a travar conflitos com os *Karajá* e *Javaé* em função disso, atualmente se fala nos grupos *Avá – Canoeiro* do Araguaia e do Tocantins, o grupo do Araguaia foi contactado pela Funai em 1973, enquanto o grupo do Tocantins permaneceu arredio até 1983 (GIRALDIN, 2002, p. 113).

Os dois grupos dos quais o autor se refere, são frutos de uma separação ocorrida há mais de 100 anos, resultado da política de alteração econômica na região central do Brasil e consequentemente em Goiás, que alteraram significativamente o estilo de vida das populações nativas.

Entretanto, esses grupos que chegaram no século XX, continuaram resistindo incansavelmente à intervenção do Estado em suas vidas. Resistiram por grande parte do século ao contato com órgãos como SPI e FUNAI. Além disso, continuaram vivenciando constantes ataques e massacres, como por exemplo, o massacre contra o grupo do Alto Tocantins, ocorrido na Mata do Café em Uruaçu – GO, e os diversos ataques na mata azul e na mata do mamão (SILVA, 2005; ROCHA, 2002).

De fato, os *Ãwa* continuaram perseguidos e inclusive de forma mais frequente a partir dos anos de 1930. Em alguns casos, esse se deve pela influência do projeto Nacionalista de Getúlio Vargas que propôs, no final dos anos 1930, a criação do projeto Marcha para o Oeste⁷, cujo objetivo era promover a integração econômica e a povoação das regiões Centro-

Oeste e Norte brasileiro, que ainda eram consideradas “vastas” e de “vazio populacional” no século XX, embora fossem terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

Populações que foram temas do ambicioso projeto de Getúlio Vargas, de acordo com Almeida (2019, p. 8), “durante esse período foram elaborados diversos pronunciamentos sobre os povos indígenas” no intuito de traçar limites em favor do desenvolvimento brasileiro. O referido projeto era amparado por uma pauta integracionista que defendia que as populações indígenas, em suas totalidades, deveriam ser integradas à sociedade que se formava.

As ideias defendidas por esse projeto se contradizem com a história de luta do povo indígenas *Ãwa*, pois esses lutavam pela garantia da soberania e do território. Assim, é possível a afirmação de que o projeto desenvolvido por Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo colocou os povos *Ãwa* mais uma vez como empecilhos ao projeto.

Inflamado por um discurso nacionalista, o projeto ambicionava efetivar a integração do território brasileiro por meio da colonização e do desenvolvimento econômico dos “fundos territoriais” do país (ALMEIDA, 2019, p. 04). É importante mencionar que a Marcha para o Oeste tem desde a sua criação, uma grande relação com a Ilha do Bananal, uma vez que em 1940 Vargas a visitou (ver imagem 3), sendo um dos primeiros presidentes a estar em uma terra indígena na região de Goiás.

A explicação para tal projeto, além da integração da sociedade brasileira, tem suas relações com a segunda Guerra Mundial:

Além das questões de grande peso para as novas preocupações governamentais com o território brasileiro, foi a tônica do espaço vital, que propunha que as áreas vazias ou mal aproveitadas do planeta deveriam ser ocupadas e exploradas por nações que historicamente tivessem demonstrado eficiência na gestão de território, é nesse momento que as áreas ditas “desconhecidas” do sertão brasileiro passaram a ser vistas com preocupação pelo Estado (ALMEIDA, 2019, p. 455).

A análise descrita acima pode ser uma das justificativas para o avanço agropastoril nessa região. Mas não justifica o descaso e a falta de políticas públicas que amparassem os povos originários que ali ocupavam tal espaço. Soma-se a isso as evidências que mostram como a Ilha do Bananal sempre despertou a atenção do governo Vargas. Sua visita nesta

acordo com eles, a Marcha para o Oeste culminou em uma possível mudança da capital do Brasil para o interior do país. Esse processo tomou forma por meio da intervenção do Governo, assim, esse processo de interiorizar a capital seria arquitetado pelo próprio governo. Em primeira instância, nomeado pelo presidente da república Getúlio Vargas, o ministro João Alberto Lins de Barros iria dirigir os primeiros passos dessa marcha. As doações começaram a surgir de São Paulo como o álcool-motor. Nesse conjunto, começou a ser formado o primeiro escalão da respectiva expedição. Do Rio de Janeiro foram doados aviões para cargas; médicos também foram convidados a compor a equipe da marcha. Esse enredo paira em torno da movimentação da população para o Oeste brasileiro, isso inclui nas bandeiras coloniais e quaisquer outros momentos envolvendo a colonização. Tal tentativa visava a ocupação e a exploração das áreas que tinham um menor número populacional. A primeira base de expedição foi montada à margem direita do Araguaia. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13177.pdf>. Acesso em: COLOCAR A DATA.

Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269049/1/Oliveira_RosimarReginaRodriguesde_M.pdf.

Acesso em: COLOCAR A DATA.

localidade, por exemplo, em 1940, significou um momento chave na construção da Campanha da Marcha para o Oeste, uma vez que o projeto buscava efetivar a integração do território brasileiro por meio da colonização e do desenvolvimento econômico do país, sendo a Ilha uma das maiores fluviais do mundo, um local propício ao desenvolvimento de atividades agropastoris.

A imagem a seguir retrata um momento importante da história brasileira e principalmente da região interiorana de Goiás, pois trata da visita do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, nos anos 40. Tal visita significou a vinda do primeiro chefe de governo do país à Ilha do Bananal e à região norte de Goiás. A sua vinda estava dentro do que propôs o projeto integracionista. Vir até a Ilha, além de ser uma ação populista, fortaleceria as atenções para essa região e, conseqüentemente, atrairia migração para as proximidades. Na imagem, o até então presidente aparece sendo recepcionado por indígenas considerados dóceis, como também por moradores da Ilha do Bananal.

A imagem também tenta retratar uma relação de respeito e harmonia entre os indígenas e as ações do Estado, fato que nem sempre representa o que realmente acontecia com muitas comunidades indígenas e que também usufruíam desses mesmos espaços em questão.

Imagem 3 - Visita de Getúlio Vargas a Ilha do Bananal na década de 1940⁸



Fonte: GUASTINI (1943).

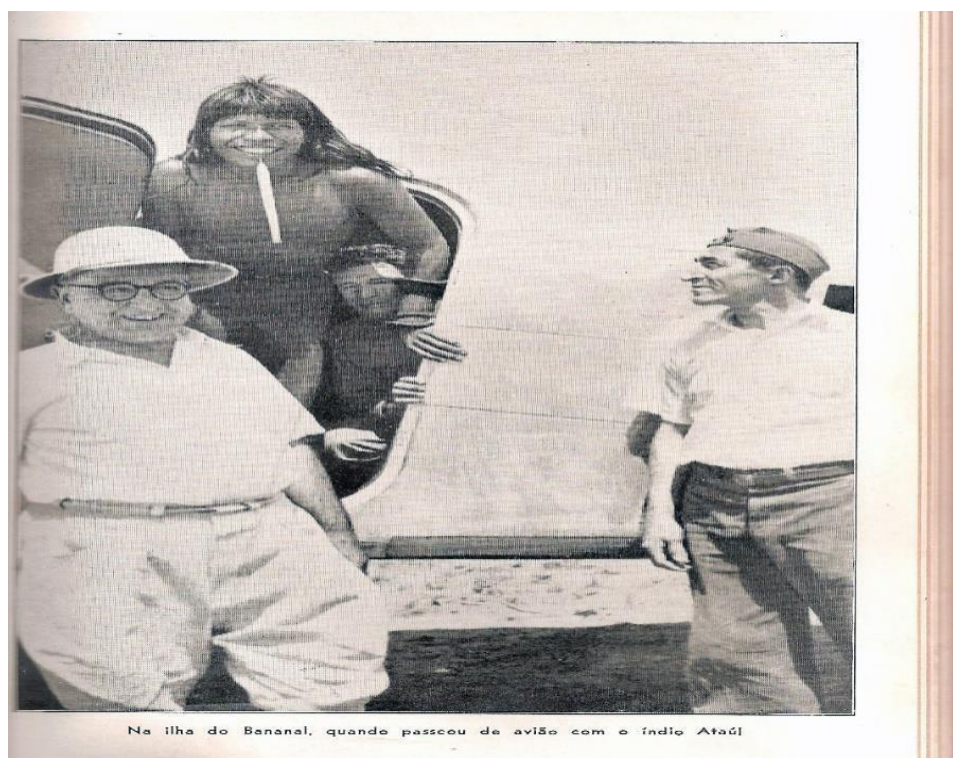
⁸ Agradeço ao prof. dr. George Leonardo Seabra Coelho pela indicação da existência desta imagem e da seguinte. E no qual contribuíram de forma significativa para a ilustração, da abordagem.

O projeto Marcha para o Oeste, além de ficar marcado por eventos tais como a vinda do primeiro presidente a região da Ilha do Bananal, de acordo com Almeida (2019), foi o responsável também pelo conhecido “batismo cultural de Goiânia”, no qual trata de um conjunto de solenidades que aconteceu em 1942, no Cine-Teatro Goiânia, com uma programação cultural que se estendeu de 1º a 11 de julho de 1942. Entre outros motivos tinham como objetivos apresentar a cidade de Goiânia ao Brasil e facilitar a locomoção e controle de áreas estratégicas. Sobre esse evento, Almeida (2019) relata que assim como a criação das coloniais agrícolas nacionais “[...] Percebe-se que o “batismo cultural” ao qual se refere é ao evento que apresentou a nova capital do estado ao Brasil, sendo ela associada à missão de trazer o desenvolvimento para o Centro-Oeste brasileiro” ALMEIDA, (2019)

E dentro dessa perspectiva de construção nacional e integração do País, e com a ocupação de regiões que ainda eram consideradas vastas, aumentando o número de moradores, se tornaria de extrema importância para a consolidação de tal projeto. Por outro lado, não se verificava nenhum cuidado específico voltado aos povos nativos no sentido de garantir a sua soberania e o seu território.

A imagem abaixo mostra um dos momentos que marcaram a vida de Getúlio Vargas na região e a relação com os povos indígenas que se fizeram presente na visita.

Imagem 4 - Visita de Getúlio Vargas a Ilha do Bananal



Fonte: GUASTINI (1943).

Tal projeto, de acordo com Almeida (2019, p. 7), acabou por criar um discurso cultural de dominação dos grupos indígenas e seus territórios, haja vista que a construção dessa nova identidade perpassava pelas formulações de políticas de desenvolvimento econômico na

região, uma vez que os povos indígenas necessitariam, dentro dessa nova conjuntura política, integrar o interesse nacional. Dessa forma, tornou-se eminente o debate em torno da necessidade de contatar os grupos indígenas, habitantes tradicionais daquele território.

A imagem abaixo faz parte do jornal o *Popular de Goiás* e evidencia como o projeto político (Marcha para o Oeste) estava ligado ao processo de integração e ocupação do território brasileiro, até mesmo com a construção de estradas, como também investimentos agrícolas.

É importante frisar que tais informações aqui mencionadas não têm como caráter dar um “grau” de valor a essas decisões (boas ou ruins) que foram tomadas ao longo de tal projeto, mas sim discutir, buscando entender como esse mesmo projeto se dispôs dos povos indígenas. No último caso, os estudos de Almeida (2019) e Araújo Jr (2012) revelam que o projeto não visava resguardar os costumes, tradições ou até mesmo o uso da terra, mas sim integrar, civilizar, aculturar tais povos.

Imagem 5 - Reportagem dos passos iniciais da Marcha para o Oeste, 22 de agosto de 1940



Fonte: O POPULAR (2001).

É dentro dessa perspectiva desenvolvimentista e de construção de uma identidade nacional que há o fortalecimento das atividades agropecuaristas, exercidas na região do Araguaia e na construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, no Alto do Tocantins.

A chegada de novos empreendimentos e do desenvolvimento agrícola alterou significativamente o espaço de sobrevivência do povo Áwa, fortalecendo, em consequência disso, as narrativas que afirmavam a necessidade do contato desses povos indígenas, tanto os

do médio Araguaia quanto os do alto rio Tocantins, haja vista que o local de perambulação e habitação daquele povo eram propícios para que novas práticas se estabelecessem.

Exemplo disso é que na Ilha do Bananal, poucos anos após o contato, é quando torna a emissão de um atestado de confirmação da FUNAI negando a existência de povos indígenas naquela localidade, fundando-se a grande Fazenda Canuanã, financiada com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (RODRIGUES, 2012).

A SUDAM foi o órgão que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que foi criado por Getúlio Vargas, cujo objetivo também era o de financiar o desenvolvimento da Amazônia e que fazia parte do projeto de integração do Brasil, impulsionado pelo projeto de Marcha para o Oeste. O principal objetivo do SPVEA era o de promover o desenvolvimento econômico da região amazônica, principalmente a partir do investimento privado.

A presença indígena naquelas terras, durante muito tempo, inviabilizou tais investidas, uma vez que para o modelo de “desenvolvimento” amparado pela Marcha pelo Oeste, a presença indígena era certamente um fator de empecilho. Isso elucidado, dentro do referido período histórico abordado neste capítulo, que os povos indígenas *Ãwa* passaram a ser um dos grupos mais perseguidos pelo Estado na tentativa incansável de buscar a sua captura. Os povos *Ãwa* resistiram por muitos anos bravamente a esse episódio, recebendo então a alcunha de povo invisível (PEDROSO, 1994).

3 HISTÓRICO DO CONTATO DOS GRUPOS ÃWA DO MÉDIO ARAGUAIA E DO ALTO RIO TOCANTINS

Veremos como os grupos indígenas Ãwa, tanto os do médio Araguaia quanto os do alto rio Tocantins, resistiram bravamente ao processo de intervenção dos não- indígenas e como o contato dos respectivos grupos se desdobraram ao longo da história, bem como a análise necessária das ações que foram tomadas pelo Estado diante desse povo e porque elas foram tomadas, partindo de uma perspectiva de que essas decisões foram cruciais para suas vidas e, principalmente, quais foram os aspectos que permitiram com que esse grupo dispersasse por tantos anos, buscando refúgio.

A imagem abaixo, disponibilizada por Toral (1980, p. 319), diz respeito ao jovem Agademi, um dos membros do povo Ãwa, que vivenciou as atrocidades do contato em 1973. De acordo com Toral (1980), o jovem Agademi não aparece nas imagens tiradas pelos jornalistas, no período em que se deu o contato, o que permite supor que somente mais tarde ele tenha se juntado ao restante do grupo contatado na Ilha do Bananal.

É importante salientar que já se passaram 40 anos desde os estudos realizados pelo antropólogo André Toral. Assim, o texto disponibilizado por ele traz em suas escritas as nomenclaturas como eram utilizadas à época, pois eram feitas com base no que se pronunciava, ou como os povos Ãwa eram conhecidos. Devido a isso, é possível encontrar divergências entre o que escreveu Toral (1980) para com a forma que se escreve ou se pronuncia atualmente.

Assim, no intuito de explicar essas mudanças, a tabela abaixo, de caráter demonstrativo, expõe como foram denominados por Toral (1980) e como se escreve e pronúncia atualmente.

Tabela 1- Tabela produzida com base nas informações de Toral (1980) e Rodrigues (2019)

Em 1980 Período em que se deu os estudos de André Toral	Atualmente (2022)
Tutáu	Tutawa
Agademí	Agademir (Agaek)
Makaquira	Kawkamy
Tatía	Takira
Puchikão	Puchikao
Tchiele	Tugyimy

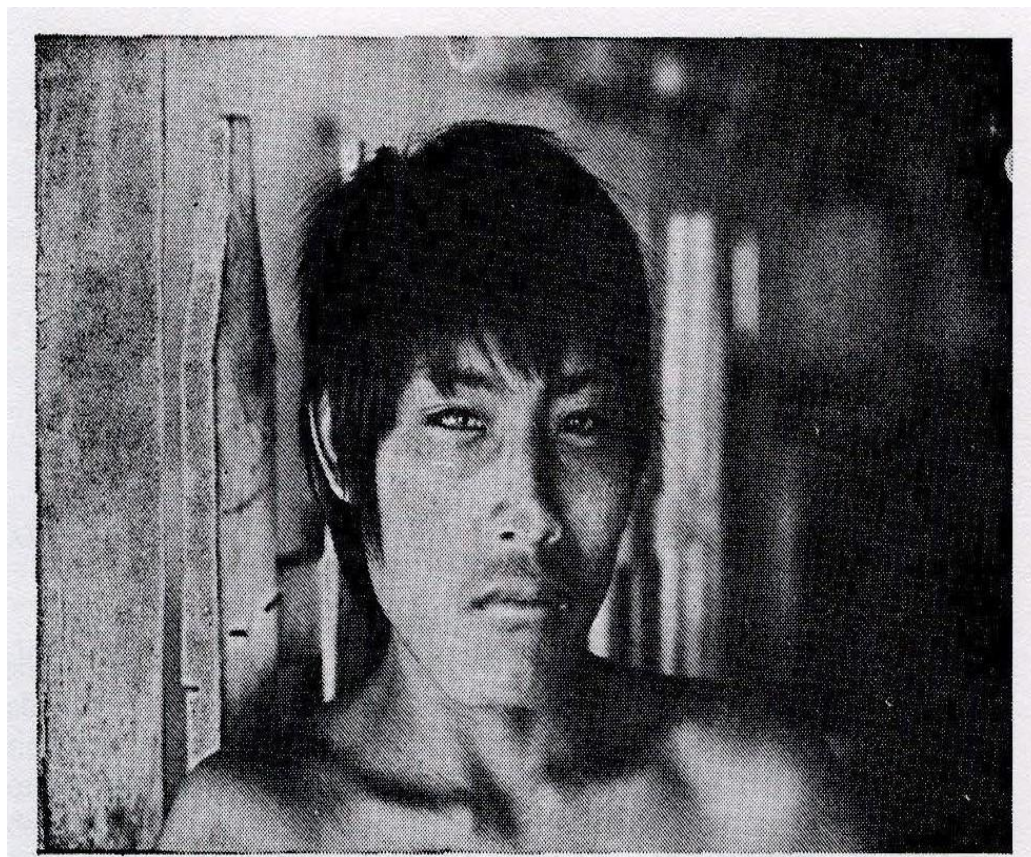
Fonte: Toral (1980); Rodrigues (2019).

A tabela traz uma comparabilidade das mudanças ocorridas nas escritas dos nomes entre os povos Ãwa ao longo dos anos, explicando as nomenclaturas utilizadas por Toral

(1980) e com o processo de retificação do nome dos *Ãwa*, realizado em 2019.⁹

Nesse processo de retificação da escrita dos nomes, percebe-se que Agademir aparece na tabela entre parênteses, pois ele pode não ter tido o nome retificado como Agaeky devido ao seu falecimento em 2015, uma vez que, a reconstrução dos nomes ocorreu apenas em 2019, inviabilizando a oficialização do nome no registro.

Imagem 6 - Agaeky *Ãwa* do Formoso do Araguaia



Fonte: Toral (1980).

Com base no que foi abordado no capítulo 1, podemos perceber que com o advento da ampliação da ocupação da região, com atividades da pecuária durante o século XIX após o declínio da mineração, ficou evidente o redobramento dos esforços em contatar os índios que ainda habitavam esses espaços e que, por via de esforços próprios, conseguiram evitar o contato.

Na maioria das ocasiões foram eventos marcados por profundas e significativas resistências e conflitos entre os indígenas e os não-indígenas, uma vez que essas comunidades, de forma geral, eram tidas como principal mecanismo de resistência ao “desenvolvimento” das regiões que até aquele período eram vistas como terras vastas e desocupadas.

Os povos indígenas *Ãwa*, tanto os que atualmente encontram-se desapropriados na região do médio Araguaia, quanto os do alto rio Tocantins em Goiás, atualmente sobre

⁹ A retificação dos nomes, consiste na retomada dos nomes que foram atribuídos pelo próprio povo *Ãwa*, às crianças que nasceram após o violento contato, um processo de substituição do nome imposto pelos conquistadores.

assistência do PACTO (Programa Avá – Canoeiro do Tocantins), são exemplos de resistência e de luta contra a intervenção em suas terras, nos modos de vidas e costumes.

Em vista disso, este capítulo traz de forma sistematizada uma análise pautada na história e no percurso desses povos até os respectivos contatos, desde as discussões que foram apresentadas conforme suas origens, vinculadas aos Carijós de São Paulo, à bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, bem como as divergências apontadas pela professora Dra. Dulce Madalena Rios Pedroso, ao discorrer sobre a origem do povo *Ãwa* na região das cabeceiras do rio Araguaia.

É evidente que ao longo dos anos existiram várias tentativas de capturas dos grupos, bem como estratégias de defesas de sobrevivência por parte dos indígenas, registrando, assim, uma história de luta e resiliência, visando a garantia do seu direito à liberdade. O contato com os povos *Ãwa* ocorreu nos anos de 1973 na Ilha do bananal e 1983 no alto Tocantins de formas diferentes e em perspectivas contraditórias.

É essencial compreender as formas em que o processo de contato se fez perante os dois grupos, bem como o modo com que cada grupo vivenciou tais intervenções do Estado, pois mesmo que se trate de dois grupos *Ãwa*, de mesma língua e mesmo tronco linguístico, é uma separação de mais de 100 anos, o que nos permite entender como, em 1973, esses grupos possuíam muitos aspectos sociais e culturais diferentes, bem como estratégias de sobrevivências distintas. O que, de certa forma, influencia na forma como cada grupo viveu o contato. Sem esquecer de refletir, claro, que foi um processo que ocorreu com quase 10 anos de diferença de um para o outro.

Além disso, vale salientar que, assim como mencionado no capítulo anterior, as políticas de aldeamentos do século XVIII eram vistas a partir de perspectivas diferentes na concepção dos próprios povos indígenas. Havia aqueles que acreditavam e viam no contato uma alternativa de sobrevivência e outros que preferiram lutar e resistir à intervenção do Estado. Contudo, são distinções que não cabe aos povos *Ãwa*, isso porque tanto os de Goiás quanto do médio Araguaia resistiram a esse modelo de política indigenista que intervia diretamente no modo de vida e, portanto, nunca foram aldeados.

Assim como os dados dos escritos de Rodrigues (2012) e Silva (2005) que se tornaram imprescindíveis e de suma importância para a compreensão desse processo, a documentação disponibilizada no relatório da antropóloga Dra. Patricia Mendonça de Rodrigues (2012) tem relevância significativa para a compreensão dos aspectos que levaram à busca pelo contato com o grupo *Ãwa* do médio Araguaia.

Por outro lado, Cristian Teófilo da Silva, em seu trabalho de tese de doutorado, traz uma contribuição inegável para a história do grupo *Ãwa* do alto rio Tocantins. Seu trabalho traz informações que nos permitem discutir as ações que a FUNAI levou a esse povo após seus contatos (SILVA, 2005).

Somado a isso, o trabalho de Pedroso (1994) também deve ser considerado, bem como

Toral (1984/1985), sendo ambos essenciais para a compreensão do sistema tutelar indígena e, conseqüentemente, as principais ações que foram tomadas pelos órgãos responsáveis perante os grupos indígenas aqui estudados.

Dessa forma, este capítulo está dividido em 3 subseções: a primeira busca compreender as discussões desde o primeiro contato e a origem do grupo. Considerando que surge no início do século XIX a hipótese da origem cafuzada do grupo *Ãwa*, fundamentada apenas pela tradição oral da população goiana. Por outro lado, tal grupo também era denominado, no século XVIII, Xavante de Canoa, numa indicação de que os antigos povoadores os vinculavam ao grupo Akwe/Xavante. No século XIX, essa alusão vai perdendo força, cedendo espaço à suspeita de ligação entre os Avá-Canoeiro e os Carijós fugitivos das bandeiras paulistas (PEDROSO, 1994, p. 37). Assim, a desmistificação desse processo exige analisar as diferentes formas que proporcionaram o conhecimento dos grupos indígenas já mencionados. Dessa forma, acreditamos que esta discussão deve ser apresentada como o primeiro contato.

Na segunda subseção buscaremos discorrer sobre os caminhos que levaram a separação do grupo e os aspectos que conduziram um grupo ao caminho para a Ilha do Bananal e outro para o alto rio Tocantins, bem como as várias tentativas de contatos que foram feitas.

Por fim, a terceira e última parte deste capítulo descreve o estopim do contato, bem como a FUNAI, enquanto órgão indigenista vigente, se posicionou diante de ambas as situações, sendo assim denominado como: o contato do povo *Ãwa* em suas perspectivas.

3.1 Os caminhos que levaram ao contato

As tentativas de capturar os povos *Ãwa* decorreram de vários anos e muitas décadas, desde o processo de suas dispersões por volta de 1830. Ataques e massacres marcam a história desse povo na Ilha do Bananal. Foram inúmeras as tentativas de contatar os indígenas por meio de diversas frentes de atração. Contudo, esses povos resistiram bravamente até essa intervenção, ganhando a alcunha, assim como já mencionado, de povos invisíveis (PEDROSO 1994).

De acordo com Toral (1984/1985, p. 8), a história do contato dos *Ãwa* pode ser dividida em fases, sendo a primeira entre 1724-1726 até 1820-1830, aproximadamente, marcada pela retirada dos *Ãwa* de seu convívio em seus territórios, a sua caracterização como índios de canoas, marcando também o início das relações hostis entre os *Ãwa* e a sociedade brasileira. A segunda foi aproximadamente entre 1820 e 1830 até 1908, “início da "expansão para oeste" de alguns grupos dos *Ãwa* que chegaram até às margens do Araguaia e Javaés”; e a terceira fase, trata-se da perda de contato entre os grupos *Ãwa*, do Alto do Tocantins e do médio Araguaia, sendo essa marcada também, assim como menciona o autor, “pelo encurralamento dos grupos remanescentes” bem como o extermínio de parte dos *Ãwa*, com a

exceção dos sobreviventes atuais do Alto Tocantins e Araguaia.

Os Canoeiro haviam se transformado em obstáculo real para o desenvolvimento do meio-norte goiano, sendo responsabilizados pela decadência da região [...]. Impedindo as comunicações, destruindo fazendas, atacando o gado, os Canoeiro eram alvos de tentativas de catequização, sofriam punitivas e apresentavam-se como um problema sem solução para o governo da Província. A única solução era a das armas Além das expedições punitivas, para 'permitir o estabelecimento da população regional e a continuidade das comunicações com o norte da Província, foi construído um "fortin" na margem direita do Paranatinga, próximo à sua confluência com o Tocantins (TORAL, 1984/1985, p. 299).

Assim, com base na ordem cronológica descrita por Toral (1984/1985), acrescentamos aqui uma quarta fase da história de luta e resiliência do povo *Ãwa*. Essa se estende de 1973 aos dias atuais (2023), que é a luta pela retomada do território de pertencimento desse povo, uma vez que os *Ãwa*, durante os 40 anos que foram arrancados de forma brutal das suas terras de ocupação tradicional, enfrentaram situações perversas ao longo desses anos. Retomar as terras de origem é a esperança que fomenta o sonho de dias melhores ao povo *Ãwa*.

Retomando aqui, as fases cronológicas descritas acima, Rodrigues (2012) também discorre sobre o processo de chegada dos *Ãwa* na região do Araguaia.

Os *Avá* chegaram às cabeceiras dos formadores do Rio do Peixe ou do Rio Crixás-Açú ainda na década de 1830, de onde se movimentaram em direção ao oeste e ao norte, principalmente, nas décadas que se seguiram (RODRIGUES, 2012, p. 63).

Sendo assim, os *Ãwa* do médio Araguaia, de 1830 em diante, já seguiam seu percurso rumo à Ilha do Bananal, escolhendo sua principal área de movimentação e refúgio a Ilha do Bananal,¹⁰ entre o rios Javaé e Araguaia (LOPES, 2019; PEDROSO, 2012).

Com a intensa violência que acometia os *Ãwa*, em meados de 1844 e 1865, se deslocaram para as redondezas do Araguaia.

Toda essa região era vista como sertão desabitado e selvagem até a década de 40, sendo referida pelos regionais como “gerais” ou “campos gerais”. Os *Cara Preta* andavam na barra do Rio Formoso do Araguaia e na estação seca atravessavam para a Ilha do Bananal, onde “corriam atrás dos Javaé”, que tinham muito medo deles. Eles não atacavam ninguém e apenas se defendiam dos não-índios, mas “pegavam o gado para comer”, o que provocava a ira dos fazendeiros. Os índios matavam os regionais apenas quando os encontravam por acaso na mata ou nos rios. As flechas deles eram todas de taboca com pontas de ferro e eles costumavam atacar os acampamentos isolados dos pescadores e caçadores ao amanhecer, os quais revidavam com tiros. Nessa época, nos anos 40, os *Cara Preta* eram no mínimo cem pessoas. (RODRIGUES, 2012, p. 127).

Em meados do século XX, algumas pessoas da região e os *Javaé* relataram a percepção de movimentos dos *Ãwa* em aldeias nas redondezas do Rio Javaés, local que passou a ser a “moradia” mais movimentada antes do contato.

Com base no que descreve Toral (1984/1985), os *Ãwa* seguiram caminhos diferentes a partir de 1840. Com a série de conflitos cada vez mais violentos desde o início do século, um grupo deu início ao processo de deslocamento em direção ao Araguaia e, por volta de meados

¹⁰ Ver mais sobre a Ilha do Bananal em Lopes (2019).

do século XIX, já teriam atingido as proximidades da Ilha do Bananal, ali permanecendo até o contato em 1973. Por outro lado, o grupo do alto Tocantins permaneceu na região que ocupava desde 1824.

No Araguaia o clima, território, planaltos, cabeceiras e demais mudanças geográficas eram fatores que os *Ãwa* do médio Araguaia teriam que se adaptar. Tiveram que passar longos períodos difíceis. Durante as inundações, em época de chuvas, era necessário que procurassem pontos mais secos. Além disso, os *Ãwa* se preocupavam, em “esconder-se” do homem branco.

Por volta das décadas de 1930 e 1940, o espaço territorial dos Karajá, que era ocupado apenas por aquele povo indígena, foi ganhando a presença não-indígena com instalação de missionários e homens do governo. Essa atração impulsionava o comércio oriundo da pesca e a pecuária. Com o crescimento de povoados na região, a população indígena temia retaliação, não restando opção a não ser recuar.

Ao contrário dos guerreiros *Avá-Canoeiro*, que recusaram qualquer tentativa de aproximação e foram caçados como animais selvagens pelos colonizadores, sendo obrigados a uma movimentação constante no espaço, os *Javaé* e *Karajá* aceitaram as primeiras tentativas de intercâmbio pacífico dos não-índios, ainda no século XVIII, garantindo a sua permanência no território de ocupação imemorial e tradicional (RODRIGUES, 2012, p. 118).

A evidente violência por parte do estado e dos colonizadores contra os indígenas contribuíram para o desconhecimento da história desse povo, fazendo com que o grupo ficasse longe das pautas dos direitos humanos.

O projeto colonial e capitalista de ocupação do interior do país a partir da Marcha para o Oeste, iniciada nos anos 40, que culminou com a construção de Brasília nos anos 50 e teve continuidade com o projeto de ocupação da Amazônia nos governos militares, nas décadas de 60 e 70, foi o fator determinante que levou esse povo à beira da extinção física no século 20. Nesse quadro, destacam-se a tentativa aberta de genocídio dos *Avá-Canoeiro* por parte da população regional e das próprias autoridades entre o século 18 e a década de 1960, a contemporaneidade dos diversos tipos de violência praticados pelo Estado brasileiro a partir da década de 70, e sua relativa proximidade em relação à capital do país. (RODRIGUES, 2019, p. 59).

No relatório escrito por Rodrigues (2012) consta que, em 1973, os *Ãwa* acampavam no Capão de Areia, situado dentro da Mata Azul, entre os rios *Javáes* e *Formoso* do Araguaia, sendo o grupo transferido pela FUNAI dessa localidade apenas em 1976 para a aldeia *Canoanã*. De acordo com Pedroso (1994), em 1973, a pressão da imprensa nacional era grande em relação às expectativas de contato.

No que se refere aos povos *Ãwa*, os processos de contato de ambos os povos, tanto os do médio Araguaia, quanto os do alto Tocantins, seguiram uma cronologia de muitas tentativas e fracassos. Rodrigues (2012) aponta que no século XX, as primeiras expedições oficiais foram iniciadas em 1946, ainda sobre o poder tutelar do SPI, e destinada exclusivamente para contatar os *Ãwa* do alto Tocantins. Segundo os seus escritos, a primeira frente de atração foi comandada pelo servidor Epifânio José Bezerra e se concentrou ao sul da serra de Tromba no divisor de águas entre o Tocantins e o Araguaia. Sem sucesso, a frente de

atração foi desativada em 1955.

Entretanto, nos anos 60, a presença dos *Ãwa* do alto do Tocantins foi novamente registrada na região de Uruaçu – GO, inclusive com evidências de um massacre ocorrido na região da Mata do Café, descrito por Teófilo da Silva (2005), no qual moradores de Capinaçu – GO teriam atacado um acampamento indígena, matando muitas pessoas, desde crianças até idosos, sendo que em seguida, ataques semelhantes teriam ocorridos na Mata do Café (SILVA, 2005).

O que se percebe, então, é que até por volta dos anos 1960, o contato dos *Ãwa* do Tocantins ainda era prioridade em relação ao médio Araguaia. Entretanto, com os possíveis investimentos do Grupo Bradesco na fazenda Canuanã, contatar o grupo indígena *Ãwa* do médio Araguaia passou ser a principal prioridade daquele momento.

Assim, a retomada pelas buscas desse povo levou a FUNAI a retomar a busca pelo contato dos grupos. Em 1971, a frente de atração foi comandada por Euvaldo Gomes da Silva, que percorreu às margens do Rio Javés na busca pelo “Rastro do grupo” (SILVA 2005), novamente sem obter sucesso. Euvaldo Gomes foi substituído pelo experiente sertanista Israel Praxedes Batista que já havia atuado em outras frentes de atração, ainda no SPI, na década de 1940.

O que de certa forma fortalece o posicionamento do principal interesse naquele momento consistia na “desocupação da área na qual correspondia a fazenda Canuanã”. De acordo com os estudos da professora Dulce Pedroso (1994), havia um interesse crucial na liberação desse território para o desenvolvimento e fortalecimento do agronegócio na região.

Tal interesse também é abordado por Rodrigues (2012), no qual afirma que o Bradesco, o principal investidor na região onde foi construído a Fazenda Canuanã, junto aos irmãos Pazzaneze, chegou a ameaçar cancelar os vultosos investimentos programado na fazenda, caso fosse confirmado a presença de indígenas no local.

A partir de 1972, a FUNAI resolveu retomar as atenções e intensificar as buscas e contatar o grupo *Ãwa* do médio Araguaia, da região do posto indígena Canoanã. Em seu relatório, Mendonça (2012) salienta que assim que Praxedes tomou conhecimento da presença de índios nas proximidades dos rios Javaés e Formoso, ele se dirigiu à localidade onde sobrevoou em uma tentativa inicial de buscar o contato com os indígenas.

A partir desse momento é notório, em quase todos os documentos analisados, que os *Ãwa* do médio Araguaia passam a ser constantemente perseguidos, seja pelas frentes de atração sobre a mediação da FUNAI, seja pelos fazendeiros ou pelos moradores regionais. Rodrigues (2012) cita duas fugas narradas pelos *Ãwa*. Na Mata Azul, uma delas, um grupo de vaqueiros teria chegado silenciosamente, atirado constantemente contra o grupo, fazendo-os fugir, deixando para traz suas flechas, único meio de defesa.

O sertanista Praxedes liderou quase todas as frentes de atração dos anos de 1972 a 1973. Contudo, quando o grupo do médio Araguaia foi contatado, tal frente de atração não

estava mais sobre o seu comando. O motivo dessa substituição pode estar ligado às constantes denúncias realizadas por Praxedes dos ataques que o grupo vinha sofrendo. Praxedes ainda comenta a denúncia à expedição de que “vaqueiros da fazenda ‘Dorilândia’ soltaram foguetes para espantar os índios” (RODRIGUES, 2012, p. 203).

O processo que levou o contato do povo *Ãwa* será descrito de forma individualizada e com maiores detalhes nas páginas seguintes desta pesquisa.

3.2 O estopim do contato em suas diferentes perspectivas: O contato do grupo *Ãwano* médio Araguaia

De acordo com os escritos de Rodrigues (2012), o processo que levou ao contato do povo *Ãwa* é historicamente dividido em 2 momentos, sendo um deles o ocorrido em 1973 e o outro no ano seguinte, em 1974. Segundo o que escreveu a autora no relatório de identificação da terra Taego *Ãwa*, em um primeiro momento, em 1973, a FUNAI contactou forçadamente, por intermédio do sertanista Apoena Meirelles, parte dos 11 integrantes do povo *Ãwa*, identificados durante esse episódio.

O contato forçado ocorreu por meio das frentes de atração localizadas na Mata Azul na Ilha do Bananal, região que foi descrita como área de mata virgem, inóspita e de difícil acesso.

Os caminhos decisivos que levaram a esse primeiro contato remetam ao mês de outubro de 1973, período em que o sertanista Praxedes Batista, até então líder da expedição do Araguaia, é substituído por José Apoena Soares de Meirelles que, além de ter intensificado a busca, se tornou alvo do interesse dos grandes empreendimentos.

FUNAI decidiu escalar o jovem – porém renomado – sertanista Apoena Meirelles para comandar a equipe do Araguaia, que se tornou a prioridade absoluta do órgão. Em um parecer de 18 de junho de 1973, em que avaliava a atuação da Frente de Atração dos Avá-Canoeiro, Alceu Cotia Mariz, antropólogo da FUNAI, recomendava que os esforços e os recursos institucionais deveriam ser concentrados “na região em que os resultados pareceram mais próximos de frutificar” (RODRIGUES, 2012, p. 206).

Sob o comando de Apoena Meirelles, a FUNAI agilizou as buscas e conseqüentemente o contato do grupo. Os motivos que levaram à substituição no comando da frente de atração na ilha do Bananal ocorreram para agilizar o contato do grupo de indígenas daquela região.

Praxedes foi pressionado pelos militares dirigentes da Funai a agilizar o contato com os índios. Como isso não aconteceu a frente de atração foi parcialmente desativada e Praxedes afastado do comando, a pressa no caso, era apenas em relação aos índios que estavam dentro da fazenda Canuanã (RODRIGUES, 2012, p. 197).

Dentro desse período em que ocorreu a passagem do comando de tal expedição de Praxedes para Meirelles percebe-se que há certa desvalorização das informações repassadas por Praxedes a Meirelles. Por exemplo, Meirelles não considerou a possibilidade de realizar estudos para a delimitação de uma terra indígena no local e também desconsiderou a

existência de um outro grupo ora identificados por Praxedes fora da Ilha do Bananal.

Sob o comando de Meirelles e acompanhado de indígenas (principalmente xavante, com quem Apoena Meirelles tinha familiaridade, povo de origem de seu nome, Apoena) a frente de atração da FUNAI, em 1973, em uma época chuvosa, fez com que os membros do povo *Ãwa* passassem por uma atração forçada e violenta sob o consentimento da FUNAI militarizada.

Na ocasião, os *Ãwa* foram surpreendidos com tiros e foguetes, sendo que uma bala ainda atingiu uma menina *Ãwa* (Tátuakire) vindo a falecer antes do segundo contato. Os sertanistas conseguiram capturar Watuma, esposa de Tutawa, e o filho Juaga, que eram os mais frágeis do grupo. Não restando outra condição ou alternativa Tutawa, optou-se por se render ao contato em fidelidade à família.

De acordo com Rodrigues (2012), o contato ocorreu de forma brutal, sendo aquele povo indígena colocado em uma situação plena de guerra. Os *Ãwa* foram rendidos por armas de fogo, assim como salienta Rodrigues (2012):

A brutalidade desses fatos – em que os *Avá-Canoeiro* se viram rendidos sob a mira das armas de fogo de seus caçadores por horas intermináveis, com a certeza da morte – desmente, por si só, qualquer descrição de uma relação cordial, ou de “confraternização”, que teria ocorrido durante e depois da aproximação forçada. A narrativa transfere a responsabilidade dos “momentos terríveis” exclusivamente aos *Xavante* e não revela que a equipe atirou de fato nos *Avá-Canoeiro*, que se dividiram em dois grupos, o que fugiu e os que foram aprisionados. Os sertanistas ainda pensaram em utilizar os índios recém capturados como carregadores do *Xavante* que eles feriram, o que não foi concretizado porque os *Avá-Canoeiro* foram amarrados. Diante do contexto narrado, seria impossível que um *Avá-Canoeiro* cumprisse tal função por livre e espontânea vontade (RODRIGUES, 2012, p. 255).

A partir de então, o grupo indígena foi tratado como selvagem. O grupo foi, em seguida, levado ao acampamento Capão de Areia e foi colocado dentro de uma casa da Fundação Bradesco, cercada de arames farpados e submetido à exposição pública, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 7: Os Povos *Ãwa* em 1973 sendo submetidos a uma situação desumana de exposição pública.



Fonte: Brasil de Fato (2022).

A citação abaixo evidencia como ao *Ãwa* do médio Araguaia foram colocados em uma situação de desumanidade sobre o contato forçado que resultou no grave desastre:

Segundo a versão *Avá-Canoeiro*, depois dos fogos de artifício e dos tiros, parte do grupo conseguiu fugir e outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de Tutawa, que decidiu se entregar, não porque confiou no sertanista, mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, grupo, que haviam sido capturados à força. Os primeiros *Avá-Canoeiro* vistos, capturados e amarrados foram Watuma e sua criança de colo, Juaga (“Putxikao”), em cuja direção alguém atirou um facão (RODRIGUES, 2012 p. 213).

Esse processo forçado e violento no qual se deu esse primeiro contato descrito por Rodrigues (2012) vai ao encontro do que entende Silva (2005) ao afirmar que Meirelles foi o responsável por contatar 6 integrantes do povo *Ãwa*, na Ilha do Bananal, episódio classificado pelo autor como a ação de episódio violento, ao mencionar o ferimento de um dos membros da equipe de atração, “O sertanista Meirelles em 1973 foi responsável pelo contato de seis *Avá – Canoeiro* na ilha do bananal em uma ação truculenta que levou ao ferimento de um dos membros da equipe de atração e na fuga do grupo para o interior da Mata Azul” (SILVA, 2005, p. 55).

Entretanto, no relatório de Rodrigues (2012) não está evidente tal informação que remete ao ferimento de membros da equipe de atração. Há apenas relatos de um possível *Xavante* que teria sido atingido no nariz por uma flecha, sendo socorrido no mesmo local. O que Rodrigues (2012) afirma é que houve, sim, o ferimento de uma criança pertencente ao povo *Ãwa*, sendo que ela veio a falecer antes de 1974, período em que ocorreu o segundo contato do povo *Ãwa*.

Após a rendição do grupo indígena, eles receberam tratamentos desumanos. Tiveram suas flechas recolhidas e foram aprisionados em uma única corda. Além disso, enfrentaram uma longa caminhada até chegar ao Capão de Areia (região referente à ilha do Bananal) onde foram acampados (RODRIGUES, 2012).

A partir de então, os trabalhos da frente de atração concentraram suas buscas em contatar o restante do grupo refugiado na Mata Azul, sendo esse processo conhecido como segundo contato do grupo *Ãwa*. Mesmo não se encontrando mais na Ilha do Bananal, o sertanista José de Apoena Meireles deu continuidade à busca daqueles que conseguiram se refugiar.

De acordo com Rodrigues (2012), os *Ãwa* foram convencidos a atrair os demais refugiados, sendo prometido a permanência na Mata Azul caso encontrassem os demais; sendo que Tutawa, principal liderança do grupo, entendendo a necessidade do território para a sobrevivência do seu povo, acreditando no reconhecimento das suas terras, articulou o contato e encontrou seus parentes refugiados e os convenceu a se entregarem.

Contudo, após a concretização do contato, o qual era o principal objetivo, a FUNAI nada fez de concreto para dar suporte à sobrevivência dos indígenas ou garantia da terra que a

eles fora prometido, ressaltando-se os acampamentos, ora na Mata Azul ora no Capão da Areia, onde viviam sob a vigilância dos soldados da GRIN (Guarda Rural Indígena), o que impossibilitava qualquer tentativa de fuga por parte do grupo contatado. Fato que também é evidenciado no relatório de Rodrigues (2012), os Avá-Canoeiro foram “literalmente caçados” e aprisionados pelo Estado, como animais selvagens, o que, de certa forma, apenas deu continuidade a um processo realizado há décadas pelos regionais. Um processo de subordinação em que costumes e tradições não foram levados em consideração.

Com base nos estudos de Toral (1984/1985), logo após a contatação dos ãwa na Ilha do Bananal, houve uma grande repercussão dessa ação. A imprensa nacional divulgou amplamente que os “caras pretas” teriam sido “capturados”. Além disso, a imprensa também noticiou os passos que se seguiram. O massacre sofrido pelos índios era um dos questionamentos da imprensa. Toral (1984/85) destaca que,

após o contato com a situação real do grupo e após a constatação de que nada de "misterioso" ou atraente havia no massacre a que foi submetida a população Avá-Canoeiro nos últimos tempos, a imprensa abandona-os e eles desaparecem das manchetes e dos jornais tão bruscamente como havia sido sua aparição (TORAL, 1984/1985, p. 310).

Com isso, a mídia deixou a história dos Canoeiros de lado e já não a interessava mais os conteúdos. Rodrigues (2012) discorre que a Mata Azul continuou sendo o lugar de refúgio dos povos indígenas que resistiram ao contato. Além disso, a partir das relações com ãwa, Toral (1984/1985) explica que foi possível desmitificar algumas narrativas que eram atribuídas a eles, tais como índios negros, características somáticas, entre outras:

Depois de contatados, caíram por terra todas as estórias que insistiam em caracterizá-los como "índios negros", dada a constatação da inexistência de características somáticas que atestassem a alegada mestiçagem do grupo com escravos. Três dias depois, em outra declaração à imprensa, Apoená justificou o emprego da técnica classificada como "suicida" garantindo que "era a única chance de alcançá-los, já que, há cinco anos, eles fogem das expedições formadas para buscar uma aproximação amistosa" Depois de alguns diálogos com a equipe de atração, que surgiu inesperadamente no meio do acampamento Avá-Canoeiro, os índios aceitaram sua presença no local (TORAL, 1984/1985, p. 25).

Após o segundo contato, Toral (1984/1985) explica que ainda acreditando nas promessas feitas aos Tutawa ãwa sobre a garantia da Mata Azul para a sobrevivência, os membros ãwa acompanharam a equipe da frente de atração rumo à fazenda Canuanã. Contudo, essas promessas nunca foram cumpridas e os ãwa nunca tiveram a oportunidade de regressarem à terra. A partir dali outras decisões seriam tomadas:

Depois de contatados, os índios deixaram seu acampamento na Mata Azul e se dirigiram, junto com a equipe de atração, para a sede da fazenda, localizada a 15 km do local. As fotos do contato mostram os índios despidos, nas instalações da fazenda Canoanã, (TORAL, 1984/1985, p. 25).

Por volta de 1976, os ãwa foram levados pela FUNAI para o Posto de Canoanã, dos Javaé, e isso aconteceu sem consentimento por partes dos indígenas. Tal decisão foi responsável pela separação do grupo, cujos membros, logo em seguida, passaram a viver

dispersos em aldeias diferentes. Mas esse processo também lhes trouxe cicatrizes e danos psicológicos irreversíveis, uma vez que tiveram que habitar e conviverem com um grupo indígena com aspectos sociais distintos e que eram seus inimigos tradicionais. Sobre essa decisão, Rodrigues (2012) pontua que

os Javaé, em número muito maior, incorporaram os Avá-Canoeiro a uma tradicional categoria de cativos de guerra, em uma posição de grande subalternidade, embora tenha sido uma guerra vencida pelo Estado Brasileiro. O trabalho da Frente de Atração em plena ditadura militar e as suas trágicas consequências duradouras foram o clímax perverso de um longo processo histórico de caça aos índios, que terminou beneficiando exclusivamente os colonizadores que tentavam se apropriar do seu território tradicional. O resultado da “atração” foi que os Avá-Canoeiro perderam definitivamente – para grandes proprietários rurais – as terras que ocupavam, de interesse também dos Javaé, e a sua autonomia (RODRIGUES, 2012, p. 44).

Assim, percebemos que as ações que levaram o contato desse povo não devem ser interpretadas como razões que lhe concedem proteção à garantia de vida, como também não podemos afirmar que a FUNAI tenha agido em prol da proteção desses, principalmente devido às ações tomadas após o seu contato, uma vez que foram colocados em uma situação de descaso e abandono, passando a viverem subjugados em terras de outros povos indígenas.

3.3 O contato do grupo *Ãwa* no Alto do rio Tocantins

Com o processo de desmembramento das frentes de atração, liderada por Praxedes Batista, em duas frentes, sendo uma fixada no alto rio Tocantins e outra na Ilha do Bananal, e com a substituição de Praxedes Batista por Apoená Meirelles na frente dos trabalhos de atração na Ilha do Bananal, Praxedes Batista assume plenamente a responsabilidade pelo contato do grupo indígena do alto rio Tocantins, como descreve Teófilo Silva (2005), ao apontar que ainda no ano de 1972 já apresentaria as primeiras evidências dos *Ãwa*, naquela região.

Praxedes noticiou em 16 de fevereiro de 1972, que havia localizado uma aldeia dos índios Avá – Canoeiro na margem direita do rio Maranhão (como é chamado o Tocantins em seu alto curso) o sertanista já havia encontrado essa aldeia anteriormente onde deixou “brindes” para os índios. (TEÓFILO SILVA, 2005, p. 56).

As colocações de Teófilo da Silva (2005) vão ao encontro das informações apresentadas por Toral (1984/1985) de que a expedição da FUNAI, chefiada por Praxedes, teria anunciado em julho de 1971 a descoberta de cinco aldeias.

A fase de “namoro” do processo de atração começaria em breve com o oferecimento aos índios de mulas e cavalos, além dos tradicionais instrumentos de ferro. Os animais seriam dados aos índios uma vez que os assaltos as fazendas se ligavam a importância de cavalos e mulas na alimentação do grupo (TORAL, 1984/1985, p. 20).

Ainda de acordo com Silva (2005), após evidentes notificações de Praxedes Batista sobre a presença de indígenas naquela localidade, o contato era eminente, podendo se dar a qualquer momento, sendo que na ocasião, Praxedes Batista teria feito a seguinte sugestão: “Delimitação de uma área como reserva indígena para os povos *Ãwa* no alto rio Tocantins”

(TEÓFILO SILVA 2005).

A tática de namoro, descreve Toral (1984/1985), vai ao encontro do que defende Teófilo da Silva (2005), pois ele defende que durante o período em que Praxedes Batista esteve no comando da frente de atração, ele utilizou de tal medida para buscar o contato dos *Ãwa* do Tocantins. Com base no que descreveu Teófilo Silva (2005) é perceptível como Praxedes Batista sempre buscou a tática do namoro para atrair os povos indígenas. Na citação abaixo fica evidente como o autor descreve tal tática utilizada por Praxedes,

Segundo o relatório de Praxedes os índios teriam se aproximado mais uma vez do acampamento da Funai como se buscassem a nossa “proteção”. Próximo a este acampamento teriam acendidos fogos para enfrentar o frio do mês de agosto, assim Praxedes se dispôs a deixar mais “Brindes” que não somente eram recolhidos pelos índios, como iam mais longe deixaram como retribuição um presente para nós um cacho de banana (TEÓFILO SILVA, 2005, p. 58).

Mesmo diante das evidências da presença indígena e das relações mantidas por meio da tática de namoro, descrito pelo autor, (TEÓFILO SILVA) Praxedes Batista não obteve sucesso no comando da operação no alto Tocantins, sendo que, em 1981, a frente passou para os cuidados de Gilvan Brandão da Silva, que também teria feito a seguinte sugestão: “Interditar uma área para os *Ãwa*, no Alto rio Tocantins ainda que estes não houvessem sido contatados” (TEÓFILO SILVA, 2005, p.59).

Entretanto, Teófilo Silva (2005) explica que nesse mesmo ano, o governo do presidente general João Baptista Figueiredo teria outorgado a Furnas S.A concessão para instalação da hidrelétrica no curso principal do rio Tocantins e seus afluentes, sendo outorgado mesmo com a documentação do órgão indigenista atestando a presença de indígenas nas áreas.

A instalação da Furnas Centrais Elétricas S. A. provocou alterações significativas na rotina percorrida pelo grupo indígena. Eles foram perdendo o espaço que era o local de caça, pesca e garantia de sobrevivência deles. Silva (2005) explica que a chegada da Furnas provocou um aumento grande de pessoas, bem como a construção de acampamentos no intuito de abrigar os trabalhadores que atuaram na construção da represa.

A partir dos elementos citados, é notório como o processo de ocupação crescente em torno da hidrelétrica Serra da Mesa fez com que o povo *Ãwa* do alto Tocantins fosse perdendo o espaço onde tradicionalmente percorria, condição denominada por Teófilo Silva (2005) como um processo de encurralamento. De acordo com Silva (2005, p. 65) “há muito tempo foram sendo encurralados” em seu território de perambulação, perdendo espaço que garantisse ao mínimo de sustento alimentar do grupo.

Com base no depoimento de Reginaldo Gomes da Silva, morador da região do Alto do rio Tocantins e responsável por manter o primeiro contato com os indígenas *Ãwa* em 1983, colhido por Silva (2005), é possível entender como se deu o processo que levou ao contato desse povo. De acordo com os escritos, teria dito Reginaldo Gomes a Teófilo da Silva (2005):

Eles passavam muita fome, muita necessidade de comida, o pessoal foi apertando e eles foram ficando sem saída sem lugar para ficar, eles não correram porque eles não tinham mais para onde correr, eles ficavam muito na beira do rio quando garimpeiros começaram a frequentar as beiras do rio então eles não tinham para onde ir (SILVA, 2005, p. 67).

Com base nas afirmações expostas, torna-se explícito que em 1983 a fome e a falta de espaço foram condições cruciais que obrigaram o grupo *Ãwa* ir ao encontro com Reginaldo Gomes da Silva; na ocasião, encontravam-se os seguintes membros do grupo aqui em discussão: Lawi, Matxa, Nakwatxa e Tuia,

Em 1983, quatro índios *Avá* – Canoeiros (Lawi, Matxa, Nakwatxa e Tuia) decidiram se aproximar de uma de moradores regionais, após meses de observação do seu comportamento. A partir de então foram recorrentes as interpretações de que estes índios se renderam aos regionais após anos de fomes, clandestinidade, nomadismo, penúria etc (SILVA, 2005 p. 61).

Em suma, esse povo que manteve os primeiros encontros fisicamente com os não-indígenas em 1983, está diretamente ligado à falta de espaço para a pesca e coleta. As relações conflituosas envolvendo os moradores regionais e, principalmente a fome, foram elementos que contribuíram para esse desfecho.

De acordo com o Rodrigues (2012), a redução drástica deste povo também está relacionada com os aspectos supramencionados. Sobre este tópico, a autora fez a seguinte afirmação:

“os índios do alto Tocantins pagaram um alto preço pela resistência indômita, que provocou a reação desproporcional das autoridades e moradores locais, causando a redução drástica da população original e a dispersão de pequenos grupos para áreas mais distantes” (RODRIGUES, 2012, p. 96).

Além disso, Silva (2005), ao apresentar a visão dos próprios indígenas em relação à redução drástica desse povo, apresenta uma situação ainda mais grave. Segundo o autor, Lawi, ao presenciar sua conversa referente ao PACTO, ele se manifestou de forma negativa, em uma afirmação de que os demais membros do grupo já teriam sido assassinados durante os anos de busca pelo contato do seu povo.

De certa forma, pode-se pensar que Reginaldo Gomes da Silva foi alguém que os indígenas já observavam há certo tempo, sendo ele escolhido para esse vínculo não esporadicamente, mas sim porque os indígenas viam na sua pessoa um sentimento de confiança e que, de certa forma, transmitia segurança ao grupo que ali foram vistos (SILVA, 2005).

É importante assinalar que: se para Reginaldo o evento poderia ser definido como “quando eu peguei/achei eles” os índios quando perguntados, consideram o encontro com Reginaldo como uma oportunidade para obter alimentos e avaliar se os brancos continuavam enraivecidos (SILVA, 2005, p. 66).

Em vista disso, percebe-se que o contato do povo indígena *Ãwa* no alto rio Tocantins foi resultado de ações do Estado que não deram uma alternativa ou possibilidade de sobrevivência àquele povo. Assim, eles viram no contato uma única alternativa para a sua sobrevivência. Dessa forma, fica notório as percepções diferentes que marcaram os dois

eventos de contato: em 1973 na Ilha do Bananal e, em 1983, no alto rio Tocantins.

De acordo com Teófilo da Silva (2005), o processo ao qual foram submetidos os povos *Ãwa* do Alto rio Tocantins, é cabível de novas interpretações. Ainda em sua obra, o autor explica que mesmo diante de violentos ataques e de marcas da hostilidade para com o homem “branco”, o grupo indígena também pode ser parte dessa busca pelo contato. Assim, os povos *Awã* do estado de Goiás (de então) estavam concisos da importância dessa reciprocidade para a sobrevivência do grupo.

A imagem abaixo, produzida por Pedroso (1994), mostra os quatro indígenas remanescente do contato, acompanhado de duas crianças. Como descrito na imagem, os indígenas são tradicionalmente habitantes da Serra da Mesa, às margens do rio Maranhão.

Imagem 8: Índios *Avá-Canoeiros* do Tocantins, tradicionais habitantes da Serra da Mesa, às margens do rio Maranhão.



Fonte: Pedroso (1994).

Com a localização do grupo *Ãwa* à margem do rio Tocantins, encontrou-se o uso intenso das canoas de onde derivou seu nome, dados pelos não-indígenas. Cabe frisar que até os dias atuais a canoa é um dos meios de locomoção de extrema importância para a vida dos *Ãwa*, no médio Araguaia. Eles enfrentam um rota de aproximadamente duas horas de navegação para chegar a pontos estratégicos que lhes permitam manter contato com a cidade mais próxima (Lagoa da Confusão) e o acampamento Itaro *Ãwa*, onde os povos *Ãwa* do médio Araguaia encontram-se atualmente. A imagem abaixo retrata esta habilidade.

Imagem 9: Kaukamy e o seu filho Cacique Wapoxire do povo ãwa navegam pelo Rio Javaé, imagem consta na cena do filme Taego ãwa



Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2016).

No alto rio Tocantins, depois do encontro entre esse povo indígena e os não-indígenas, os trabalhos das frentes de atração se mantiveram até as décadas de 2000. Após isso, o grupo sofreu consequências diretas, ficando sob a tutela do PACTO (RODRIGUES, 2012).

4 A FUNAI E OS POVOS ÃWA APÓS OS RESPECTIVOS CONTATOS

De acordo com o que foi abordado no capítulo anterior, os povos indígenas Ãwa, no Tocantins e em Goiás, contados pela FUNAI em tempos e modos diferentes, também receberam tratamentos distintos após o contato.

Dessa forma, neste capítulo pautamos uma análise sistematizada das consequências do contato ao povo Ãwa, bem como os principais aspectos que nortearam esse pós-contato, tendo em vista que ações e medidas da política de contato foram resultantes de providências e decisões questionáveis perante ambos os grupos - isso no que tange o direito dos povos indígenas.

Por um lado, os Ãwa do médio Araguaia, o contato resultou de forma imediata em processo de vexame e exposição pública fazendo-os serem transferidos para aldeias pertencentes ao povo Javaé, onde foram colocados em situação de abandono e descasco.

De outro lado, havia um grupo reprimido e encurralado em pequeno espaço geográfico, onde a fome e a insegurança culminaram no episódio do contato. Porém, mesmo diante de tantas sujeições no alto rio Tocantins, é possível perceber a manifestação tutelar perante os Ãwa da região. Assim, neste capítulo, retomamos as discussões das ações da FUNAI perante os dois grupos, a partir de perspectivas diferentes.

4.1 A tutela em perspectiva: os Awã no Tocantins e no Araguaia

Assim como relatado anteriormente, é notório como os povos indígenas Awã do médio Araguaia foram colocados em uma situação de puro abandono e descaso. Dessa forma, é necessário discutir a ausência de tutela e proteção que se estabeleceu perante o grupo. No entanto, é necessário abordar aqui algumas decisões que foram tomadas pela FUNAI após os respectivos contatos.

No alto rio Tocantins, como remete Silva (2005), os povos Awã, a princípio, foram assistidos com alimentação, ensinados a cozinhar, função que foi desenvolvida por um morador regional que transmitia confiança ao grupo, como salienta o autor.

Para assistir aos Avá-Canoeiros, foi designado pela administração indigenista um morador regional (Sinval Jesus da Rocha) na qualidade de trabalhador braçal do posto indígena. A função de Sinval seria auxiliar os índios na abertura de roçadas, plantios, colheita e na observação de seu estado de saúde e movimentação (SILVA, 2005, p. 83).

Percebe-se que o Estado, utilizando-se dos meios jurídicos da tutela, se fez presente no processo de desumanização do povo indígena Ãwa do alto Tocantins. Percebe-se que as ações de ensinar os indígenas a abrirem roças, cozinhar, dentre outros, remete ao processo de imposição dos aspectos culturais de um grupo sobre outro, sendo os aspectos sociais do grupo indígena em questão fortemente desvalorizados ao olho do Estado.

Contudo, mesmo diante de toda imposição e considerando que em nenhum momento esses indígenas foram beneficiados nessas relações, no alto Tocantins é perceptível a forma em que a tutela se coloca diante do grupo como uma ferramenta de poder e imposição.

Diante disso, no grupo indígena do médio Araguaia, eles em nenhum momento foram assistidos, sendo basicamente abandonados e reprimidos diante da ausência de assistência do Estado. Medidas que serviram como mecanismo de fortalecimento das ações, levando esse povo a vivenciar, no médio Araguaia, um processo de desumanização, submetendo-o a uma situação de exposição pública, trancado em uma residência, atraindo diversos curiosos que se deslocavam até a região para conhecer os “temidos” caras pretas, como eram chamados pelos moradores regionais.

Tiveram suas flechas recolhidas e foram aprisionados, com uma única corda, em fila indiana, durante toda a “penosa” caminhada até o Capão de Areia, onde a equipe havia montado seu acampamento-base depois de encontrar os rastros dos Avá-Canoeiro (RODRIGUES, 2012, p. 214).

Além disso, Rodrigues (2019) lista algumas ações que explicam o tratamento desumano no qual os *Ãwa*, do médio Araguaia, foram submetidos após o contato. Os *Ãwa*, tiveram que passar quase três anos presos e supervisionados pela FUNAI na fazenda Canuanã, sendo constantemente vítimas de abusos físicos e emocionais. Apoiado no que diz Rodrigues (2012), ainda é presente na memória dos Javaé e de moradores regionais a situação desumana em que foram expostos, presos em um cercado com visitação pública. Tal episódio, ocorrido na fazenda Canuanã, foi vivenciado durante semanas, bem como o período em que foram forçados pela FUNAI a ficarem na Mata Azul, na tentativa de convencer o restante do grupo à rendição.

Entre as ações questionáveis realizadas pela FUNAI, não poderíamos deixar de mencionar aqui que esse mesmo órgão ignorou que os Javaé e os *Ãwa* eram inimigos históricos, assim como menciona Rodrigues (2019):

Os grupos eram adversários históricos com memória viva das mortes recíprocas no passado. Com a transferência abrupta e definitiva para a Canuanã, os Avá – Canoeiro reviveram a experiência mítico – histórica de seus antepassados, pois também eram agora um pequeno grupo de derrotados de guerra incorporados como cativos na grande aldeia de seus adversários e na sociedade colonial e exterminadora. (RODRIGUES, 2019, p. 17).

Além disso, um dos maiores problemas que esse povo vivenciou após estar sob a decisão da FUNAI, foi a privação da terra própria, na qual parte foi reconhecida em 2016, mas que está sob a posse de assentados do INCRA.

Essas ações permanecem vivas na memória dos membros do povo *Ãwa* do médio Araguaia, tanto nos remanescentes do contato, bem como naqueles que nasceram após o contato, mas que ouviram dos seus antepassados e carregam essa marca até os dias de hoje, como aborda a jovem Kamutaja Silva *Ãwa*, liderança do povo *Ãwa*.

Em artigo publicado em 2021 na revista *Antígona* (*ÃWA*, 2021) - texto que foi de

extrema importância para a construção desse capítulo - ela expõe como seu povo foi colocado em uma situação de exposição e vexame logo após o contato. Segundo *Ãwa* (2021), os membros do seu povo foram de forma imediata amarrados e levados para a fazenda Canuanã, além de terem presenciado diversas ameaças dos Xavante que fizeram colaboração com a frente de atração, culminando no contato do grupo do médio Araguaia.

“Amarrados e sob ameaça dos Xavante, parte do grupo foi levada para a Fazenda Canuanã. Quando chegaram foram colocados dentro de uma casa cercada de arame farpado, numa exposição de exibição e a notícia se espalhou de que os indígenas haviam sido pegos e todos da região vieram ver os temidos Cara-Pretas” (*ÃWA*, 2021, p. 110).

Além dos vexames citados, os *Ãwa* foram transferidos para o território indígena Javaé, onde passaram a viver sobre uma perspectiva de subordinados e até mesmo submissos a um povo indígena com costumes e características diferentes, além de serem inimigos históricos, como salienta *Ãwa* (2021):

“Desde então, passamos a viver em terras estranhas dos nossos inimigos históricos, (...) Há que se mencionar que, apesar das grandes humilhações e de viver de forma marginalizada em suas terras e aldeias, nunca nos expulsaram. Fomos esquecidos pelo Estado e nossos direitos adormecidos, como se a nossa existência não passasse de lenda” (*ÃWA*, 2021, p. 113).

Essas medidas foram responsáveis por consequências drásticas a esse povo, ocasionando até mesmo a morte de membros do grupo contatado, vítimas de doenças, tais como pneumonia, dentre outras para as quais esse povo não possuía resistência imunológica.

A jovem liderança *Ãwa* (2021), no mesmo artigo, expõe a sua indignação com as medidas no qual o estado tentou dizimar o seu povo. Segundo ela: “fomos esquecidos pelo Estado e nossos direitos adormecidos, como se a nossa existência não passasse de lenda” (*ÃWA*, 2021, p. 110).

Em vista disso, é relevante analisar quais foram as medidas que a FUNAI, enquanto órgão indigenista, responsável legal por assistir os povos indígenas tomou, ou vem tomando, para reduzir o impacto social dessa comunidade nos tempos atuais.

4.2 Os *Ãwa* do Alto do Tocantins na atualidade

Em uma breve passagem no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego *Ãwa*, Rodrigues (2012) discorre sobre os *Ãwa* do Alto do Tocantins, explicando que o modo como o PACTO e todo o programa de proteção foi conduzido terminou por infantilizar os indígenas, como por exemplo: o controle do acesso de estranhos, bem como o controle da própria vida social. Além disso, ela aponta que não foram garantidas a devida fiscalização e a regularização fundiária da área que, a princípio, estavam previstos no acordo.

Somado a isso, Rodrigues (2012) chama a atenção para uma questão menos importante, que se trata da reprodução humana do grupo, uma vez que os *Ãwa* do Tocantins

estavam em uma situação complexa, sobretudo, para fazer escolha de parceiros para o casamento e garantir a perpetuação do seu povo. Sobre essas medidas de intervenção excessivas que a tutela submeteu os indígenas do Alto Tocantins, Rodrigues (2012) relata que:

A orientação oficial nesse sentido incluiu também a proibição explícita, em alguns momentos, de que os Avá-Canoeiro dos dois grupos se casassem com outras pessoas de seu interesse, como parceiros não-índios, conforme depoimento do grupo do Araguaia ao GT. Partindo de outra premissa equivocada, supõe-se que a continuidade de uma “sociedade” ou “etnia” se baseie na “pureza” biológica ou cultural de seus integrantes, de modo que os filhos dos supostamente “aculturados” Avá - Canoeiro do Araguaia com membros de outras etnias são descritos como incapazes de “reproduzir sua cultura” e como “mestiços (RODRIGUES 2012, p. 14).

Vale ressaltar que no Alto Tocantins a esperança da reprodução física no grupo recaía em torno de duas crianças que foram contatadas em 1983 (Trumak e Putdjawa). Porém, as crianças eram consanguíneas e não poderiam se casar entre si. Então, passaram a trabalhar com diversas hipóteses de onde se poderiam encontrar parceiros para ela e uma parceiras para ele. Com isso, o sistema tutelar indígena, de forma arbitrária e sem levar em consideração a concepção dos povos indígenas, viu na junção dos *Ãwa* uma alternativa para essa reprodução, processo denominado por Rodrigues (2012) como “reprodução assistida”

Tal problema era pauta nas reuniões da FUNAI. De acordo com Teófilo da Silva (2005), André Toral, antropólogo que já foi citado aqui outra vezes, estaria convencido de que o grupo não teria condição de se reproduzir, atribuindo até mesmo uma data provável para uma possível extinção. Assim, ele teria compartilhado da ideia de uma reprodução a partir da reunião dos grupos, assim como salienta do trecho abaixo.

Em função dessa preocupação recomendou a reunião desses dois grupos, numa área a ser definida e o favorecimento de uniões entre eles, o que era possível dada a existência de jovens solteiros de sexos complementares nos dois grupos (TEÓFILO DA SILVA 2005 p. 990).

Contudo, os *Ãwa* do Alto Tocantins não entraram em extinção e, além do mais, conseguiram manter vivos muitos dos seus aspectos culturais como, por exemplo, a questão das variações dialetais. E mesmo diante de tantas adversidades, os *Ãwa* são constituídos por oito pessoas, habitantes da Aldeia Nova Jatobá. Seu território é reconhecido e demarcado no município de Minaçu – GO. A terra indígena pertencente aos *Ãwa* do alto Tocantins situa-se a 26 quilômetros da cidade de Minaçu e se interliga ao caminho que dá acesso a hidrelétrica Serra da Mesa (SILVA, 2005).

Em 2016, após uma série de lutas, eles conseguiram a extensão da escola indígena Ikatoté para a terra indígena *Ãwa*, no alto Tocantins. Silva e Nazareno (2021) explicam que em 2019 o público escolar já era bastante diferenciado daquele de décadas atrás, contando então com três crianças e com um projeto político pedagógico diferenciado.

4.3 Os *Ãwa* do médio Araguaia na atualidade

Retomando o objetivo desta pesquisa, no qual se pauta uma análise comparativa entre as ações que foram tomadas pela FUNAI diante do povo *Ãwa* do Tocantins e do Araguaia, cabe frisar que, por mais que se trate de dois grupos que se denominam *Ãwa*, eles se distinguem culturalmente, depois de um século de separação. Rodrigues (2019) também produziu o artigo intitulado *O legado de Tutawa *Ãwa* e os *Avá* – canoieiro do Araguaia*, publicado em 2019. Nele, a autora explica que os *Ãwa*, atualmente, apresentam história distintas entre os grupos, isso devido a separação ocorrido por mais de um século.

Entre as principais distinções, podemos mencionar: o local de habitação diferenciado; tais grupos também desenvolveram variações linguísticas dialetais da língua Tupi – Guarani diferentes; também deixaram de cultivar a memória de um passado comum. Esses grupos enfrentaram situações peculiares ao longo da história, o que justifica esta distinção étnica na atualidade (RODRIGUES, 2019).

Com base no que escreveu Rocha (2002), autora da obra *Memória e esquecimento: A história dos *Avá* – Canoieiro no Tocantins*, monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, entende-se que o principal motivo pelo ódio dos não-indígenas para com os povos *Ãwa* é fruto de uma ganância pela terra habitada por esse povo.

Rocha (2002) ainda descreve em seu texto, com detalhes ricos de informações, os massacres ocorridos em função de tal ganância na Ilha do Bananal. Um dos massacres é fruto do depoimento de um informante que participou desse momento e lhe concedeu uma entrevista durante o seu período de estudo, razão pela qual não teve seu nome identificado.

Houve um conflito entre os fazendeiros e os *Avá* – Canoieiro dentro da Ilha do Bananal onde muitos índios foram mortos e seus corpos largados durante dias, o cheiro forte da decomposição foi sentido pela população, mas, todos fingiam não ter conhecimento (ROCHA, 2002, p. 35).

Rocha (2002) ainda explica que esse informante, por ter participado do massacre, sempre descreve esse episódio em terceira pessoa. Ainda, a história de massacres contra os povos *Ãwa* são e sempre foram encaradas de maneira hostil pelos velhos fazendeiros que participaram ou presenciaram inúmeras mortes, advindas dos conflitos entre os *Ãwa* e seus opressores. Assim, é explicável a tentativa de jogar no esquecimento as histórias dos combatentes que participaram e contribuíram para o massacre desse povo.

Entretanto, na memória dos membros do povo *Ãwa*, os violentos episódios pelos quais passaram permanecem vivos, assim como seus costumes, brincadeiras e tradições, Rocha (2002) descreve que Tutawa utilizava dessas lembranças muitas vezes como distração junto às pessoas que com ele convivia na aldeia Boto Velho, assim como reforça Rocha (2002):

As lembranças passadas não deixaram de fluir na memória de Tutal, através dessas lembranças que ele brincava com pessoas ele convivia na aldeia Boto velho, como

por exemplo surpreender as enfermeiras da aldeia onde desaparecia sem ser visto e logo, retornava assustando as com a sua presença momentânea (ROCHA, 2002, p. 36).

As evidências da autora contribuem para que possamos afirmar o quanto os povos indígenas ãwa, tanto os do médio Araguaia bem como os do alto Tocantins, são, acima de tudo, um grande exemplo de resiliência cultural.

Os povos ãwa jamais se extinguíram fisicamente ou culturalmente, estando na atualidade em via de crescimento. Rodrigues (2012) entende como um fenômeno que impressiona, pois mesmo diante de um processo de genocídio e perda de autonomia, o grupo manteve vivo os aspectos sociais e culturais.

Apesar da obstinação com que foram cassados e massacrados pelos regionais, do modo desastroso como foi realizada a aproximação forçada pelo Estado resultando na morte de metade do grupo logo depois, e do destino trágico que lhes foi reservado depois da “atração” os Avá – canoeiro do Araguaia, são um exemplo extraordinário de resiliência física, cultural, política e histórica” (RODRIGUES, 2012, p. 378).

Após muitos anos de luta e resiliência, os ãwa têm resistido bravamente. Atualmente, os ãwa estão na luta pelo reconhecimento do território Taego ãwa, o qual Rodrigues (2012) salienta que “está situada nas proximidades da aldeia Canoanã dos Javaés, e ocupada atualmente por assentados pelos INCRA o que tem dificultado o processo de retomada para suas terras de origem” (RODRIGUES, 2012, p. 392).

Como destaca a autora, e como demonstram as evidências desta pesquisa, trata-se de uma terra que sempre foi de habitação desse povo, mas que por muito tempo tiveram o direito negado do seu uso e fruto. Kamutaja Silva ãwa, em entrevista concedida ao Conectas Direitos Humanos em 26/04/2022¹¹, pontuou a importância do trabalho de Rodrigues (2012), na luta pela retomada ao território, bem como a ineficácia da FUNAI para com esse processo de luta. Abaixo segue um trecho:

“O processo se iniciou através de um estudo da antropóloga Patrícia de Mendonça e da ambientalista Luciana Ferraz para identificação de terras do povo Javaé. E nessa discussão, elas solicitam e enfatizam a importância do povo Avá-Canoeiro também fazer parte desse estudo, porque era uma área utilizada por ambos os grupos. Foi aí que elas resolveram nos ouvir e o meu avô, minha mãe, que foram sobreviventes do contato forçado de 73, decidiram contar a verdade sobre a história que foi contada por não indígenas e fazer a reivindicação da terra indígena que realmente era só nossa, só do povo Avá-Canoeiro. Aí elas fizeram um GT [Grupo de Trabalho] específico para o nosso povo e tiveram que convencer a Funai [Fundação Nacional do Índio] da nossa existência. A gente fez a regularização da nossa associação porque a gente passou a entender a importância do nosso povo ter uma representação política através de uma associação. Passamos a compreender como, de fato, ocorria o processo de demarcação. O processo de retomada para nós está sendo um momento em que a gente se unifica como um povo e faz articulações para que não demore, já que vai fazer uma década que a gente tá nessa retomada do território. E a gente percebe que o que mais está demorando nesse processo é a morosidade das representações que o estado tem mesmo, porque no processo de demarcação, em nenhum momento

¹¹ Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-memorias-e-lutas-do-povo-awa/> Acesso em 12/11/2022.

Atualmente, a população *Ãwa* do médio Araguaia corresponde a um total 33 pessoas. Os *Ãwa* do médio Araguaia ainda vivem da caça, embora recebam uma pequena indenização do estado até o processo de demarcação do território, que não é suficiente para suprir a necessidade básica da comunidade. É o que mostra o trecho de outra entrevista concedida por Kamutaja Silva *Ãwa*, publicado em 11/11/2021¹², pelo canal outras mídias, no qual ela discorre sobre a sobrevivência do seu povo.

“Minha família vive da caça. A gente recebe uma ajuda de custo até a nossa terra indígena sair [concluir a demarcação]. O que se compra é apenas arroz, feijão, essas coisas. O complemento vem com caça e pesca”

Nos últimos anos, os *Ãwa* do médio Araguaia têm buscado a retificação dos nomes, tal como consta nos registros. A própria Kamutaja *Ãwa* se chamava Brenda. Tal retificação tem uma importância não somente simbólica, mas histórica para esse povo. Na mesma entrevista, o Cacique Wapoxire *Ãwa*, explicou a importância dessa retificação.

“Nasci na aldeia Canoanã, me criei lá. Mais tarde, me juntei com uma Javaé, e hoje estou com ela”, conta o cacique Wapoxire, filho de pai Javaé com mãe Avá-Canoeiro. “No começo, meu sobrenome era Javaé. Tinha que seguir as normas deles, tinha que usar os nomes deles – até eu entender a história do meu povo. Depois, comecei a assinar como Avá-Canoeiro.” (Trecho da entrevista do Cacique Wapoxire)

Os nomes que os *Ãwa* receberam após o contato de 1973 fazem referência aos seus antepassados que morreram na década do genocídio, como a antropóloga Patrícia Mendonça de Rodrigues.

Das 33 pessoas que formam o povo *Ãwa*, na atualidade, Kaukamã é única remanescente do contato, sendo que dos 11 integrantes contatados entre 1973 e 1974, de acordo com Rodrigues (2012), 6 morreram nos primeiros anos após o contato, vítimas de doenças e infecções para as quais não possuíam imunidade. Kapoluaga também veio a óbito por condições que ainda não foram esclarecidas. Dos 5 remanescentes, teriam Juaga morrido envenenado por agrotóxico e Tuakire falecido em 2006, vítima de anemia (RODRIGUES, 2012, p. 379).

Já, em 2015, faleceu Agaex, vítima de calazar - o líder Tutawa, último homem sobrevivente do contato e referência de luta e resiliência ao povo *Ãwa*, assim como acentua *Ãwa* (2022), ao citar o seu avô em seu relato “nosso líder Tutawa (meu avô) faleceu em 2015” restando Kaukamã, mãe de Kamutaja, remanescente do contato de 1973 (*ÃWA*, 2022, p. 120).

Esses por muito tempo se encontravam dispersos em 3 aldeias: Boto Velho, Santa Isabel do Morro e Canuanã. Todas essas terras são pertencentes a outros povos indígenas,

¹² Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/da-genocidio-ao-sonho-de-demarcacao-dos-ava-canoeiro/> Acesso em:12/11/2022.

uma vez que eles ainda não possuem um território demarcado.

Entretanto, sabemos que os povos *Ãwa* do médio Araguaia têm se organizado, coletivamente, na busca pelo reconhecimento dos seus direitos e de suas garantias. Atualmente, os povos *Ãwa* conseguiram se reunir no acampamento Itaro *Ãwa*, sendo a primeira vez em que eles conseguiram estar juntos em uma única localidade desde o violento contato de 1973. O nome Itaro faz referência ao processo de união entre os *Ãwa* e os Javaé, Ita: refere-se a Avá; e Ro: Javaé. Além disso, os *Ãwa* têm buscado a construção da escola indígena Tutawa, no intuito de garantir um projeto político pedagógico que atenda a necessidade e anseios da comunidade.

4.4 Os *Ãwa* isolados na Mata do Mamão

Fortes evidências dão conta da presença de um terceiro grupo pertencente ao povo *Ãwa* que estaria refugiado na Mata do Mamão. Essa área é conhecida como uma das principais matas de área seca da Ilha do Bananal, situada em um local de difícil acesso. Partindo do histórico pelo qual o grupo contatado utilizou durante anos para evitar a intervenção, é cabível de se pensar tal lugar como propício ao refúgio do grupo.

Rodrigues e *Ãwa* (2022), no artigo *Os Avá-Canoeiro isolados do Médio Araguaia*, explicam que o grupo pode ser tanto pertencente aos sobreviventes que andavam no vale do rio Javaé na época do contato, ou até mesmo pertencente ao grupo que foi contatado em 1973 e que teriam eles fugido antes do contato com o sertanista.

Ainda nesse mesmo estudo, Rodrigues e *Ãwa* (2022) pontuam que as evidências deles na mata do mamão datam desde as décadas de 1980, quando André Toral, por meio de um estudo realizado junto ao povo indígena no Araguaia, teria identificado a presença do grupo naquela região. Na ocasião, o antropólogo teria proposto a delimitação de uma área de reserva a eles:

Na década de 80, o antropólogo André Toral (1984/1985, 1986), que fez pesquisa no médio Araguaia e chegou a comandar a Frente de Atração da FUNAI no alto Tocantins em 1985, mencionou a existência de isolados na Mata do Mamão, propondo, no entanto, que a demarcação de uma terra para os Avá-Canoeiro contatados fosse condicionada à atração prévia do grupo isolado (RODRIGUES; *ÃWA* 2022, p.7).

Essa narrativa se fortalece quando analisamos o relatório de Apoena Meirelles, no qual teria o próprio sertanista afirmado que teria encontrado um acampamento abandonado e que um dos membros da frente de atração teria presenciado, à distância, cerca de 30 pessoas que não foram identificadas posteriormente (RODRIGUES; *ÃWA*, 2022).

As autoras ainda afirmam que há fortes relatos de moradores regionais, tais como vaqueiros e viajantes, que mostram evidências humanas naquela localidade, “vestígios como pegadas, alimentos, moradias e até avistamentos esporádicos” evidenciam a existência do grupo (RODRIGUES; *ÃWA*, 2022, p.7).

Com as evidências do grupo refugiado na Mata do Mamão, a Procuradoria da

República no Estado do Tocantins, por meio de ofício¹³ da Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Comunidades Tradicionais, encaminhou o pedido da Tutela Jurisdicional do povo *Ãwa*, localizados na Mata do Mamão, tendo o seguinte teor:

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fulcro no artigo 129, inciso V, da Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, incisos VII, letra c) e XI, e no artigo 37, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento na Constituição Federal, artigo 231, propor a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.

Retomando a luta e resiliência dos *Ãwa* do Médio Araguaia, eles atualmente estão situados no acampamento Itaro *Ãwa*, enquanto aguardam ansiosamente a regularização fundiária da terra tradicional que a eles pertence, a Taégo *Ãwa*. Retornar a terra é o sonho do povo *Ãwa*. Em 2022 houve a decisão do Juiz Federal de Gurupi – TO; no entanto, nessa decisão, houve a redução em 1/3 da área anteriormente delimitada e reivindicada e foi retirado deles o acesso ao rio Javaés, uma decisão contraditória, uma vez que estamos falando de povos indígenas que, entre suas peculiaridades, destacam a habilidades com as canoas, isso devido a importância do rio como meio e alternativa para sobrevivência desse povo.

De acordo com a reportagem do Conselho Indigenista Missionário, intitulada *Decisão judicial retira um terço da TI Taego Ãwa (TO), do povo Avá-Canoeiro*, publicada em 02/02/2023, a diminuição do território retira áreas essenciais para a sobrevivência dos *Ãwa*, como o Rio Javaés, e a maior parte das áreas não inundáveis, uma vez que grande parte da área que seria demarcada é inundada na maior parte do ano, o que inviabiliza o plantio, fator importante para a sobrevivência do povo *Ãwa*.

Com base na reportagem concedida por Eliane Franco, da coordenação colegiada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Goiás/Tocantins, houve muitas falhas na decisão do Juiz Federal no processo de demarcação do território. Dentre elas, a diminuição da terra indígena e a retirada do acesso ao rio.

¹³ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/to/sala-de-imprensa/docs/Inicial.PDF> Acesso em: 03/01/2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica, das leituras e interpretações realizadas ao longo dos dois últimos anos para o desenvolvimento desta pesquisa, cabe dizer que as ações do Estado perante os povos Indígenas *Ãwa*, que se fizeram presentes desde o início da invasão e conquista das terras do Brasil Central, sendo intensificados com a chegada dos primeiros bandeirantes e a descoberta das primeiras jazidas de ouro na região - hoje estados de Goiás e Tocantins - como abordado no capítulo I deste trabalho, trouxeram muitas aprendizagens.

Seguindo essa análise em relação ao processo do contato e os caminhos que culminaram nesse episódio, assim como referido no capítulo II, e as consequências de todo esse processo até o presente momento da história, tal como aborda o último capítulo desta dissertação, enfatizamos que as informações recolhidas contribuíram muito para o crescimento pessoal e profissional.

É cabível afirmar que a política indigenista do Estado brasileiro não trouxe contribuições significativas para a garantia do direito e das sobrevivências destes indígenas. O que se presenciou ao longo desses estudos foi um processo de usurpação dos direitos dos povos indígenas, sendo que o órgão indigenista acabou usufruindo desse poder para reprimir e violentar culturalmente esses povos indígenas.

A análise comparativa, dos grupos indígenas do médio Araguaia e no Alto do Tocantins, evidenciou, em suma, que ambos os povos tiveram consequências drásticas com a política atualmente realizada pelo estado brasileiro. Em nenhum momento foi evidenciado, em ambos os povos, o projeto político destinado à garantia dos costumes, dos laços culturais, da garantia da língua materna e nem mesmo que lhes dessem esperanças de sobrevivida ao longo do tempo.

No entanto, o que se pode verificar de distinto trata-se de como a presença da tutela no alto Tocantins levou esse grupo indígena a um mundo convulsionado pela intensificação do convívio junto a uma sociedade radicalmente distinta culturalmente falando, sujeitos a se reinventar e viver dentro dos moldes do estado e assistidos pelo PACTO (Programa *Áva* – Canoeiro do Tocantins), esse povo teve que se adaptar a uma realidade que nunca se fez presente dentro da suas características socioculturais (SILVA, 2005).

Por outro lado, ficou evidente o interesse do Estado Brasileiro em contatar os povos *Ãwa* do médio Araguaia, e na legitimidade da terra para usufruto dos *Ãwa*. Os povos do médio Araguaia não foram assistidos, e sim, radicalmente abandonados pelo Estado brasileiro.

Cabe a eles lutar em prol do reconhecimento do direito, como enfatiza *Ãwa*: “Devo seguir honrando meus ancestrais, buscando justiça na tentativa de amenizar os impactos sociais, culturais e psicológico deixados ao meu povo como herança maldita pela ganância do homem branco” (ÃWA, 2022, p. 121).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.F. Quando no Oeste construía-se uma Nação: os Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948). **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 31, v. 11, n. 3 (Set/Dez. 2019).

ARAÚJO JR., M.M.A. **Iny - história e identidade cultural: índios karajá de Buridina**. Goiânia, 2012. 93 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História.

ÃWA, K. da S. História pós contato e protagonismo do povo Ãwa. **Revista Antígona**. V.1 N.02, p.100-122, 2021.

BRASIL. **Estatuto do índio**. 1973. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição, história, Brasil**. I. Brito, Luiz Navarro de. II. Baleeiro, Aliomar. III. Brasil. [Constituição (1967)].

BRASIL, CF (1988). 2. **Emenda Constitucional, Brasil**. 3. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 04 jun.2022.

CHAIM, M.M. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2ª edição, 1983.

COUTO DE MAGALHÃES, J.V. do. **Viagem ao Araguaia**. 5. Ed. São Paulo: nacional (Col. Brasiliana,28), 1902

CUNHA MATTOS, R.J da cunha. Chorographia histórica da província de Goyaz (1824). IN:**Revista trimestral do instituto histórico geográfico e ethnográfico do Brasil** , Rio de Janeiro 1875.

DORNELLES, S.S. **A questão indígena e o império: índios, terra, trabalho e violência na província Paulista, 1845-1891**. Campinas, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, vozes, 1987. 288p.

GIRALDIN, O. **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG: Palmas,Unitins, 2002.

_____. Catequese e civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaiae Tocantins. **Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas**, p1-16, 2013.

_____. Pontal e Porto Real. Dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, Vol.1 (2002a) pp. 131 - 146.

JAVAÉ, R. T. **Nas águas do rio Javaés. Histórias, cosmologia e meio ambiente**. Palmas, 2019, 146p. Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, 2019.

LEMOS, A.P. A formação histórica brasileira: Perspectivas Marxistas. **Revista do corpo discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS**, 2009.

LIMA, A. C. S. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. 2013. **Revista De Antropologia**. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.59301>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59301>. Acesso em 12 mai.2021.

LOPES, M. H. **A História da Criação do Parque Nacional do Araguaia**: Disposições e Motivações para a Conservação da Natureza/ Márcia Helena Lopes Brasília, 2019, 217p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

McCEERY, D. J. A economia de Goiás no século XIX. In GIRALDIN, O. (org). **A transformação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG: Palmas: UNITINS, 2002.

PEDROSO, D. M. R. **O Povo Invisível**: a história dos Ava-Canoeiros nos séculos XVIII e XX. Goiânia: UCG, 1994. 127 p.

PIMENTA, João P, G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. história da historiografia, ouro preto, volume do exemplar, número 03, p. (53 - 82), setembro de 2009

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6ª edição, 1942.

RIBEIRO, D. O povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil. **Companhia de Letras** 1995. Segunda edição Curitiba – PR.

ROCHA, J.A. **Memória e esquecimento**: A história dos Avá-Canoeiro no Tocantins. Curso de Especialização em História Social. Universidade Federal do Tocantins Campus Porto Nacional. 2002.46f.

RODRIGUES, P.M. **Avá-Canoeiro/Povos indígenas no Brasil**. 2021. Disponível em:https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1Canoeiro#Fontes_de_informa.C3.A7.C3.A3o. Acesso em: 10 de abr.2021.

_____. O legado de Tutawa ãwa e os Avá-Canoeiro do Araguaia. **Campos**, 2019,

_____. Os Avá-canoeiros do Araguaia e o tempo do cativo, s/a. **Anuário Antropológico**, 2012. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202012_I/Os_Ava-Canoeiros_do_Araguaia_e_o_tempo_de_cativo_%20Patricia.pdf . Acesso em: 04 nov.2020.

_____. Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar. **Campos** - V.20 N.2 p. 59-81jul.dez.2019.

RODRIGUES, P.M; ãWA, K. **Os Avá-Canoeiro isolados do médio Araguaia**. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.33rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjYyNjciO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjo iYjZjYzQ5ZDc1NTUwMWRmZmY4MWRiZjJhY2E4MmE3MjQiO30%3D>. Acesso em: 22 nov.2022.

RODRIGUES, C.R. O Apostolado Positivista do Brasil e o SPILTIN: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 185-203, jan./abr. 2019.

SALES, S.D. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na Província paulista. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências humanas. – Campinas, SP: [s.n.]. 2017.

SANTOS, F.L. A civilização dos índios no século XVIII: Da legislação Pombalina ao planode domingo Barreto. **Rev. hist.** (São Paulo), n. 170, p. 233-260, jan.-jun., 2014 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260>.

SANTOS, G. L. **O índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC- LACED (Museu Nacional), 2006.

SILVA, C.T. **Cativando Maira**, A sobrevivência Avá-Canoeiro no alto do Rio Tocantins. Universidade Nacional de Brasília. Tese de doutorado, 383p. 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1568/1/2006_CristhianTeofiloSilva.pdf . Acesso em 10 abr.2021.

SILVA, L.G; NAZARENO, E. Povo Avá-Canoeiro: educação escolar indígena e interculturalidade crítica. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 78-100, jan./abr. 2021.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; BUENO, Evelyn. O Processo Histórico-Político-Constitucional dos Direitos Indígenas nas Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. **Revista Estudos e Pesquisa sobre as Américas**. V.14 N/3.2021.

TORAL, A. Os índios negros e ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá – Canoeiro. **Revistade Antropologia** (27/28), 1984/1985: 187-325.

_____ **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/avacanoeiro>. Acesso em: 06 jan.2020.

ANEXO A – PRODUTO FINAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS

ADELSON BARBOSA DOS SANTOS

PROPOSTA DO PRODUTO FINAL DA DISSERTAÇÃO

Porto Nacional/TO
2022

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca mostrar os caminhos que serão percorridos para o desenvolvimento e aplicabilidade do produto final desta dissertação na educação básica, tendo como proposta a realização de oficinas no ensino médio. Sendo assim o que se pretende, neste breve texto, é apresentar o passo a passo para concretização e realização deste evento com êxito, bem como discorrer sobre a importância da inserção de oficinas pedagógicas no âmbito educacional e como essas oficinas podem contribuir para com o fortalecimento do processo ensino/aprendizagem. Somado a isso a contribuição histórica e social da pesquisa de dissertação, intitulada “PROTEGIDOS OU SILENCIADOS: As ações da Funai e a sobrevivência do povo Āwa no médio Araguaia”, para o meio educacional.

Assim, vale ressaltar que os programas de mestrados profissionais que buscam, acima de tudo, a formação continuada do profissional da educação, tem como proposta pedagógica a interligação da pesquisa com prática docente. Sendo assim o produto final do trabalho acadêmico um requisito parcial para conclusão do curso. Além disso é necessário que as propostas de aplicabilidade estejam verdadeiramente alinhadas a sua pesquisa acadêmica, o seu eixo de investigação e que assim possa contribuir para melhorias do ensino em áreas afins ou até mesmo específica da pesquisa, sendo essa uma das características que difere o mestrado profissional do acadêmico, assim como nos explica Niezer (2015).

Outra especificidade do MP que o difere do mestrado acadêmico, diz respeito aos modelos de avaliação e ao produto final a ser desenvolvido com pré-requisito de conclusão de curso. Em seu caráter pedagógico, o produto final visa integrar teoria prática, possibilitando a aproximação entre a produção científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação. (NIEZER, 2015 p. 05).

As colocações da autora remetem à importância da elaboração de um produto final que venha ser didático, criativo e útil ao ensino básico, uma vez que se trata também de uma oportunidade para que os profissionais dessa modalidade estejam ativamente participando das discussões e elaborando proposta que venha contribuir para um ensino melhor e mais eficaz, haja vista que o mestrado profissional deve tornar o docente com a capacidade de uma melhor distribuição das ideias, com condições de formular novas metodologias, assim como remete a que o egresso desse curso deve ser capaz de mediar, propor e desenvolver conhecimentos, técnicas ou processos que exijam conhecimento histórico aplicado (BRASIL, 2019, p. 07). Trata-se, portanto, de um papel relevante diante da construção desses produtos e a inclusão dos estudantes como sujeitos do processo escolar. Dessa forma esses estudantes devem estar diretamente envolvidos na aplicação dessas atividades, sendo o objetivo principal o desenvolvimento da aprendizagem desses e a construção do protagonismo estudantil.

A partir dos aspectos mencionados acima e considerando a escassez de um material de ensino pedagógico que venha facilitar o acesso dos estudantes para que possam adquirir novos conhecimentos sobre a diversidade cultural dos povos indígenas no estado do Tocantins (com ênfase aos povos Āwa do alto Tocantins e médio Araguaia), propõe-se aqui a realização de

oficinas pedagógicas que venham despertar o conhecimento dos referidos alunos da comunidade escolar escolhida para realização deste evento.

Sem dúvida, levar o debate sobre a questão indígena do estado do Tocantins para as unidades escolares hoje é uma necessidade, considerando que ainda existe um desconhecimento enraizado, até mesmo um preconceito, muito grande diante das comunidades indígenas principalmente se tratando de cidades como o município de Arraias – TO que não tem a presença indígena e nem material didático que trabalhe essas culturas, como parte do povo tocantinense.

A REALIZAÇÃO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS: O PASSO A PASSO PARA SUA APLICABILIDADE

A escolha por oficinas se deu devido à necessidade de uma inovação pedagógica no âmbito educacional, principalmente se tratando da aplicabilidade de um produto final de um trabalho acadêmico em nível de mestrado. Para a realização dessas oficinas, produziremos cartilhas, que serão utilizadas como apoio ao material pedagógico, para facilitar a compreensão e o envolvimento dos alunos com a temática abordada importante ressaltar que o público escolhido para o desenvolvimento desse trabalho, são os estudantes do ensino médio e, devido isso, faz-se necessário ser um evento criativo e atraente.

Contudo, vale salientar que o termo “oficina” cabe uma variedade de interpretações e a aplicação desse método como prática pedagógica não significa, por si só garantia de um ensino mais atrativo e dinâmico, uma vez que as mesmas podem ser desenvolvidas de forma tradicional, como uma simples maneira de transmitir conhecimento. Zanetta (2018, p.83)

Chama a atenção para o uso indiscriminado desse termo inserido em um processo ensino-aprendizagem, assim como a oficina pode designar uma metodologia de ensino que se vale de um ensino puramente ativo ou prático ou ainda pode esconder um curso exclusivamente teórico tradicional. A visão colocada pela autora é essencial, pois torna evidente a necessidade do desenvolvimento de atividades pedagógicas, que venha de fato articular para uma melhor aprendizagem, envolvimento e a participação ativa dos alunos e não apenas sendo mais um recurso meramente repetitivo e que venha servir apenas como cumprimento das exigências do programa.

Somado a isso é de suma relevância se considerar também que o mestrado profissional visa a formação continuada do professor e isso vale como reflexão em suas práticas pedagógicas, assim como salienta, Nierzer, 2015

Atenta-se que o professor da escola básica pode ser concebido como investigador sobre temáticas e problemáticas relativas às práticas de ensinar e aprender, por isso torna-se um pesquisador capaz de utilizar criticamente seu saber acadêmico como instrumento de compreensão, problematização e transformação de sua atividade docente (NIERZER, 2015 p. 3).

É essa habilidade que o mestrado profissional busca desenvolver ao longo do curso. Ela deve ter uma replicabilidade no ensino o que faz com que os projetos de pesquisa devam

apresentar com clareza o que se pretende desenvolver como produto e como esse produto deve ser aplicado na educação básica.

Devido a isso, este trabalho em específico tem como proposta a realização de oficinas pedagógicas, que devem acontecer da seguinte forma:

Terá como público os estudantes do ensino médio, da escola estadual Prof.^a Joana Batista Cordeiro – Arraias TO;

- 1) O evento terá a duração de 3 dias letivos, no primeiro semestre de 2022, sendo as atividades distribuídas e organizadas, conforme o cronograma aqui presente;
- 2) No primeiro dia, os discentes destas referidas unidades de ensino, devem ser distribuídos em 6 salas de aula, que venha alocar de forma confortável todas os estudantes. Para isso, desenvolveremos parceria com PIP - Projeto de Inovação Pedagógica do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental – UFT Campus Arraias, sendo que os acadêmicos que aceitarem contribuir com este evento serão formados e preparados para realização dessa atividade. Nesse momento inicial a atividade consiste em realizar um levantamento acerca dos conhecimentos prévios dos alunos a respeito da presença indígena em território Tocantinense, a diversidade cultural dos povos indígenas no Tocantins, seus hábitos e influências que recebem no mundo contemporâneo, tendo como metodologia para esse primeiro dia de atividades a utilização das cartilhas que serão produzidas, com base nas informações adquiridas pela pesquisa, e apresentar aos estudantes um conhecimento introdutório, da indígenas no estado do Tocantins, com ênfase aos povos indígenas *Ãwa*, ainda como recurso para a atividade introdutória utilizaremos imagens em formato impresso que devem ser analisadas conforme as perguntas: quem são estas pessoas? onde estão? é possível estabelecer semelhanças e diferenças entre as imagens? É importante ressaltar que esse material ainda precisa ser produzido, organizado e preparado para a realização da oficina.
- 3) No segundo dia de oficina, em um primeiro momento deve ser assegurado o tempo para uma breve discussão em grupos ou individual acerca das imagens trabalhadas na aula anterior. Neste momento os alunos devem oralmente apresentar suas impressões observadas nas imagens. É necessário que o professor encaminhe a discussão para instigar o levantamento dos seguintes tópicos pelos alunos: Pluralidade cultural indígena no Tocantins e Distribuição espacial da população indígena no Tocantins. O objetivo é identificar as regiões de maior ocupação indígenas no estado e a pluralidade cultural desses povos e a suas influências diante da formação de cada um de nós. Ainda nesse mesmo dia será apresentado uma série de vídeos, falando sobre a questão indígenas no Brasil e no Tocantins. Esses materiais serão produzidos junto a equipe organizadora das oficinas. Contudo trago aqui alguns exemplos de documentários que

podem vir ser trabalhados com os alunos: vídeo Hotxwa sobre o povo Krahô; o documentário Hetohoky, do povo Javaé. Será um dos documentários escolhido para essa exposição. Logo em seguida os estudantes devem ser reunidos no pátio da unidade de ensino, onde assistirão uma breve palestra sobre a questão indígena no estado do Tocantins, em especial ações do Estado perante o povo indígena Awã.

- 4) No terceiro e último dia será a culminância dessa oficina. Um dia de festa na escola, mas também de muito conhecimento. Com a exposição dos conhecimentos adquiridos, nos dias anteriores, com apresentação de pequenas plenárias, onde os estudantes assumirão a função de palestrantes do dia. E assim exporão para a comunidade escolar o conhecimento adquirido ao longo dos dias.

Para realização e concretização dessa proposta, buscaremos parceria com a UFT – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Arraias e em especial os discentes graduandos do curso de educação do campo. Essa parceria se faz necessária e viável, devido o vínculo entre a escola e o referido curso citado. A necessidade se dá pela exigência do envolvimento de um grupo maior de pessoas na organização do evento, principalmente durante a realização das atividades em salas, nas quais serão necessários contar com pelo menos 3 estudantes para conduzir as oficinas em cada sala.

O desenvolvimento de oficinas, acompanhados da produção de cartilhas, tem como objetivo dialogar com os estudantes a história de resiliência do povo Awã do médio Araguaia no estado do Tocantins, bem como os aspectos peculiares desta referida comunidade e assim desenvolver habilidades que venham proporcionar aos estudantes meios para identificar e analisar diferentes formas de contato adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços, porém a partir de uma metodologia mais descontraída e dinâmica.

Isso porque entendo que a pesquisa, além de somar com a luta da comunidade, pode ser utilizada também como recurso ao ensino, principalmente alunos do ensino médio que estão passando por um processo aperfeiçoamento na construção do conhecimento e em sua capacidade de analisar criticamente os fatos.

Contudo é importante ressaltar que este trabalho não desconsidera o conhecimento prévio que o estudante vem adquirindo ao longo dos anos, mas sim associar a esses recursos pedagógicos e, assim, buscar fortalecer o conhecimento dos estudantes. Essa é uma visão que se assemelha ao que defende Monteiro (2013) que, ao escrever sobre a importância das oficinas pedagógicas no processo ensino/aprendizagem, afirma: as oficinas visam superar as dificuldades dos alunos de forma descontraída, sem a pressão da sala de aula, deixando o aluno mais à vontade para participar (2013, p. 01). A visão da autora nos faz refletir acerca de práticas de ensino que venham proporcionar prazer pelo conteúdo que se trabalha em sala de aula, haja vista que existe uma desmotivação evidente, em relação aos conteúdos escolares, principalmente se tratando das disciplinas de ciências humanas.

Parte disso se associa aos meios de ensino e forma que seja acessível ou não para o

estudante. Bin (2011 p. 118) entende que o interesse e a participação dos alunos em diferentes níveis de escolaridade tem sido hoje uma das grandes preocupações no setor educacional. Em seu trabalho a autora abre três possibilidades, que se relacionam com essa falta de interesse e desmotivação, sendo o primeiro a aceleração das experiências, o discente não compreende o método, porque as suas experiências não são postas em considerações. A segunda seria a falta de relação entre a matéria e o método. E a terceira a concepção do professor como método único e verdadeiro (ABIN, 2011 p. 122). Esse terceiro ponto abordado pelo autor, além de contribuir com a desmotivação e com a defasagem com a aprendizagem, impede o aluno (a) de buscar novos meios que possa lhe trazer novas interpretações daquele mesmo objeto de investigação.

Com base nos principais pontos abordados no decorrer do texto e conhecendo a importância de fazer aqui uma proposta de aplicabilidade da referida pesquisa acadêmica ao processo de ensino viável e útil, ao meio educacional, acreditamos que a realização das oficinas pedagógicas, para discutir e dialogar com os estudantes do ensino médio a questão indígena no estado Tocantins, suas diversidades culturais e principalmente as ações do estado perante os povos *Ãwa*, se torna necessária e uma rara oportunidade, uma vez que, como já foi mencionado acima, há uma escassez muito grande de material didático que trabalhe com discernimento essas comunidades na nossa região. Soma-se a isso o desconhecimento dos discentes da referida unidade escolar, fruto dessa escassez e pelo fato de não se ter presença indígena no local e nem mesmo nas proximidades.

Dessa forma, a aplicação dessa proposta possibilita um ganho considerável de conhecimento sobre a história indígena regional e as peculiaridades do povo *Ãwa* do Araguaia a toda a comunidade escolar, além de ser uma replicabilidade dos resultados da nossa pesquisa teórica, devolvidos a unidade escolar onde trabalhamos e a qual me deu todo apoio necessário para desenvolvimento do curso.

Além disso, a escolha das oficinas pedagógicas se faz ainda mais pertinente devido ao modelo pedagógico da escola, pois se trata de uma unidade de ensino de tempo integral, que busca dar ênfase ao projeto de vida dos estudantes, tornando-os jovens autônomos, solidários e protagonistas. Dessa forma o desenvolvimento de atividades que venha colocar esse aluno na construção do seu conhecimento é essencial para tornar o ensino bem-sucedido.

CRONOGRAMA

Período de realização: 1º semestre de 2022	
Carga Horária: 16 Horas aula	
Fevereiro	Montagem da equipe organizadora
Março	Preparação do material didático para oficina
Abril	Organização das atividades junto a escola
Maiο	Ajustes necessário
Junho	Realização das oficinas entre os dias (01, 02 e 03)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Documento Orientador de APCN**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/historia-26-05-pdf>. Acesso em: 14 jun.2021.
- BIN, A.C. Como explicar a falta de interesse dos alunos? **Revista de Psicologia**. Vol. 14, Nº 20, ano 2011. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/view/2510>. Acesso em: 16 jun.2021.
- MONTEIRO, H.R.S. et. al. A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino aprendizagem. **Revista epistemologia e práxis educativa**, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/8915/5279>. Acesso em: 14 jun.2021.
- NIEZER, M.T; et.al. Caracterização dos Produtos Desenvolvidos por um Programa de Mestrado Profissional da Área de Ensino de Ciências e Tecnologia. **Revista. B. E. C. T.**, vol 8, núm. 3, mai-ago.2015 ISSN - 1982-873X. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/2084/2177>. Acesso em: 18 jun.2021.
- ZANNETA, C.M. **Oficinas como composição e modo menor em educação musical: Intentando viagens e experiências**. Tese. Universidade de São Paulo. 2018, 151p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27158/tde-11092018-161301/pt-br.php>. Acesso em: 18 jun.2021.